

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA  
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

**BENEDITA MARTINS TOMAZ**

**TURISMO E SUSTENTABILIDADE: UM ESTUDO SOBRE OS RECURSOS  
TURÍSTICOS POTENCIAIS NA SERRA DE SANTA CATARINA, SÃO JOSÉ DA  
LAGOA TAPADA – PB**

**CAJAZEIRAS-PB  
2017**

**BENEDITA MARTINS TOMAZ**

**TURISMO E SUSTENTABILIDADE: UM ESTUDO SOBRE OS RECURSOS  
TURÍSTICOS POTENCIAIS NA SERRA DE SANTA CATARINA, SÃO JOSÉ DA  
LAGOA TAPADA – PB**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Geografia da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para a obtenção do grau de licenciada em Geografia.

**Orientador:** Prof. Dr. Marcelo Henrique de Melo Brandão

**CAJAZEIRAS-PB  
2017**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)  
Denize Santos Saraiva - Bibliotecária CRB/15-1096  
Cajazeiras - Paraíba

T655t Tomaz, Benedita Martins.  
Turismo e sustentabilidade: um estudo sobre os recursos turísticos potenciais na serra de Santa Catarina, São José da Lagoa Tapada-PB / Benedita Martins Tomaz. - Cajazeiras, 2017.  
57f.il.  
Bibliografia.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Henrique de Melo Brandão.  
Monografia (Licenciatura em Geografia)UFCG/CFP, 2017.

1.Turismo. 2. Serra de Santa Catarina- recursos turísticos.  
3. Sustentabilidade. I. Brandão, Marcelo Henrique de Melo.  
II.Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores.IV. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU –338.48

**BENEDITA MARTINS TOMAZ**

**TURISMO E SUSTENTABILIDADE: UM ESTUDO SOBRE OS RECURSOS  
TURÍSTICOS POTENCIAIS NA SERRA DE SANTA CATARINA, SÃO JOSÉ DA  
LAGOA TAPADA – PB**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Geografia da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para a obtenção do grau de licenciada em Geografia.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Marcelo Henrique de Melo Brandão – UFCG  
(Orientador)**

---

**Prof. Msc. Marcos Assis Pereira de Souza – UFCG  
(Examinador)**

---

**Prof. Msc. Heraldo Moraes Gomes - UFCG  
(Examinador)**

## **AGRADECIMENTOS**

Sempre e em todo lugar, primeiramente, Deus e a nossa Senhora, que iluminam, abençoam e guardam meu caminho e me concedem toda a coragem e sabedoria para os desafios que sozinha não seria capaz de enfrentar.

A meus pais, Edilva e Assis, e meu irmão, Benedito, por todo apoio, compreensão carinho, incentivo e paciência.

A meus amigos, Isabel, Arthur, Erivânia, Francisco (Chico), Raul, Marta, Netinho, João Paulo, Paula, Fernanda, Ayla, Amanda, Danilo, Joaquim, e em especial Neto, por me mostrarem, cada um a seu jeito, o valor da amizade e do companheirismo, e por conseguirem me fazer sorrir mesmo nos momentos de estresse e ansiedade.

A meus colegas de cursos, e de forma especial, Naiane, Wirnaide, Luís, Paulo, Sara, Helder, Joab, Anísia, pelo o incentivo e por todos os momentos de alegria, tristezas e até desespero (nos períodos de provas e trabalhos), compartilhados juntos.

A meu orientador, Marcelo Brandão, por todos os anos de amizade, paciência e apoio, dentro e fora da Universidade.

Aos professores de Geografia do CFP, por acreditaram em minha capacidade, e por semearem em meu coração a beleza e a importância de como ser um bom professor.

A todos que fizeram e fazem parte da minha vida, e os que direta e indiretamente torceram e contribuíram para essa conquista, meus sinceros agradecimentos.

## RESUMO

O turismo é uma atividade econômica que vem ganhando impulso em todo mundo, chegando a ser comparado a outros ramos da econômica, como a indústria automobilística, bélica e farmacêutica. Nosso país é privilegiado de biodiversidade e geodiversidade, além de considerável patrimônio cultural, histórico e paisagístico, que são, sem dúvida, importantes elementos que impulsiona o turismo. Porém, a maioria de nossas cidades possui grande potencial para desenvolver o turismo, mas que infelizmente poucos são conhecidas ou exploradas. Por esse motivo, o objetivo deste trabalho é identificar os recursos turísticos potenciais na Serra de Santa Catarina, a fim de propor formas alternativas de uso e ocupação da área agregando valor turístico ao município de São José da Lagoa Tapada-PB, e futuramente a outros municípios que se limitam com a serra, uma nova atividade econômica complementar as já existentes, que promoveria seu reconhecimento e geraria renda para a população local, sem agressões maiores ao meio ambiente, e de modo particular, a serra, que sofre com os efeitos das atividades agrícolas, pecuárias e do corte ilegal e predatório da madeira. O estudo tem caráter descritivo-exploratório, e utilizou como procedimentos metodológicos pesquisa bibliográfica, observação, pesquisa de campo, registro fotográfico e história oral, para conhecimento da temática e atingir o objetivo. Os resultados dessa análise mostram, em um primeiro momento, os pontos na serra com potencial para uso turístico e, em um segundo momento, a proposta de agregar os princípios do ecoturismo com a finalidade de promover a: conservação ambiental da área; educação ambiental, do visitante e do morador; e inclusão da comunidade local.

**Palavras-chaves:** Ecoturismo, Sustentabilidade, Turismo, Turismo de Base Local.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Mapa de localização do município .....	26
<b>Figura 2:</b> Mapa de localização da Serra de Santa Catarina .....	32
<b>Figura 3:</b> Perfil esquemático e levantamento florístico da Serra de Santa Catarina – PB .....	34
<b>Figura 4:</b> Ponte de Pedra .....	38
<b>Figura 5:</b> Ponte de Pedra .....	38
<b>Figura 6:</b> Caatinga Arbóreo-Arbustiva.....	39
<b>Figura 7:</b> Tapete de pteridófitas .....	39
<b>Figura 8:</b> Riacho .....	40
<b>Figura 9:</b> Escadaria de Micaxisto .....	41
<b>Figura 10:</b> Apertado da Hora.....	42
<b>Figura 11:</b> Cruz do Nego.....	43
<b>Figura 12:</b> Pedra Branca.....	44

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA</b> .....	11
2.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	11
2.1.1 Turismo: Conceito e Segmentos .....	11
2.1.2 O Turismo como um Fenômeno Geográfico.....	15
2.1.3 A Sustentabilidade no Espaço Turístico: o Ecoturismo e o Turismo De Base Local .....	20
2.2 PROCEDIMENTOS TÉCNICO-METODOLÓGICOS.....	24
<b>3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.</b> .....	26
3.1 O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA.....	26
3.1.1 Aspectos Históricos.....	26
3.1.2 Aspectos Sócios Econômicos .....	28
3.1.3 Aspectos do Quadro Natural.....	30
3.1.4 A Serra de Santa Catarina.....	32
<b>4. O TURISMO E A SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL</b> .....	38
4.1 RECURSOS TURÍSTICOS POTENCIAIS DA SERRA DE SANTA CATARINA .....	38
4.1.1 Recursos Naturais.....	38
4.1.1.1 Ponte de Pedra .....	37
4.1.1.2 Diversidade na Cobertura Vegetal.....	38
4.1.1.3 Riachos .....	39
4.1.1.4 Escadaria de Micaxisto .....	40
4.1.1.5 Apertado da Hora .....	41
4.1.2 Possíveis Lugares Para Uso Cultural.....	43
4.1.2.1 A Cruz do Nego.....	42
4.1.2.2 A Pedra Branca .....	43
4.2 A SUSTENTABILIDADE NA SERRA DE SANTA CATARINA .....	45
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	51
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	53



## 1. INTRODUÇÃO

A vida cansativa, agitada e estressante dos grandes núcleos urbanos; a vontade de experimentar novas experiências, fugir da rotina do dia a dia; a busca por lugares que proporcionem lazer, sensação de bem estar físico e espiritual; à expansão dos transportes e da telecomunicação; e as melhorias nas questões trabalhistas, como direto à férias, tem sido fatores importantes para que o turismo ganhasse impulso no Brasil e no mundo. O turismo é uma atividade econômica que vem assumindo importante papel no contexto mundial, chegando a ser comparado a outros ramos da economia, como a indústria automobilística, petrolífera, bélica e farmacêutica.

Nosso país é privilegiado de biodiversidade e geodiversidade<sup>1</sup>, além de considerável patrimônio cultural, histórico e paisagístico, que são, sem dúvida, importantes elementos que impulsiona o turismo. Entretanto, a maioria de nossas cidades possui grande potencial para desenvolver o turismo, mas que infelizmente poucos são explorados. É o caso da Serra de Santa Catarina, no alto sertão paraibano.

As leituras sobre a área revelam a existência de uma riqueza florística, faunística geológica e paisagística que está vulnerável às práticas inadequadas da agricultura, pecuária e o corte predatório e ilegal da madeira. Frente essas ações surgiram os seguintes questionamentos: que atitudes poderiam ser tomadas para o reconhecimento e importância da área? Se o que move o assunto são a renda e o sustento de famílias, então, que outra atividade econômica poderia ser viável implantar na serra em questão? E por fim, que atividade econômica melhor se enquadra quando o assunto da “moda” é a sustentabilidade?

Diante disso, o objetivo deste trabalho é identificar os recursos turísticos potenciais na Serra de Santa Catarina, a fim de propor uma nova forma de uso e ocupação da área agregando valor turístico ao município de São José da Lagoa Tapada-PB, e futuramente a outros municípios que se limitam com a serra, uma nova atividade econômica complementar as já existentes, que promoveria seu reconhecimento e geraria renda para a população local, sem agressões maiores ao meio ambiente e, de modo particular, a serra. Neste caso, propõem-se o turismo como uma nova atividade econômica a ser desenvolvida na área.

Contudo, sendo o turismo uma prática social que utiliza, interfere, transforma, produz e consome o espaço geográfico para sua reprodução, e sendo uma atividade que influencia nas

---

<sup>1</sup> Geodiversidade é, em linhas gerais, o conjunto de elementos geológicos e geomorfológicos da paisagem envolvendo os aspectos abióticos da Terra, que por sua vez, são evidências dos processos passados e atuais. Assim, a geodiversidade é o resultado da interação de diversos fatores como as rochas, o clima, os seres vivos, entre outros, possibilitando o aparecimento de paisagens distintas em todo o mundo. (BRILHA, 2005, apud MOURA-FÉ, 2015, p. 55)

dimensões econômicas, ambientais, sociais e culturais, a sua implantação arbitrária, acompanhado do mau planejamento, poderá ocasionar impactos negativos, que se tornam irreversíveis quando alcança a esfera ambiental. Para amenizar maiores prejuízos com implantação do turismo, propõe-se desenvolver, dentro dos diversos segmentos do turismo, o ecoturismo como modelo de turismo mais responsável.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: o capítulo introdutório, na qual é feita uma breve apresentação do conteúdo, objetivo, metodologia e estruturação final do trabalho; o segundo capítulo, composto pela fundamentação teórica - que aborda o conceito de turismo e seus segmentos, além de discutir o turismo como um fenômeno geográfico, questão da sustentabilidade no espaço turístico -, e a descrição da metodologia, que serve de embasamento para elaboração deste trabalho; o terceiro capítulo descreve as características da área de estudo, neste caso, a cidade de São José da Lagoa Tapada - PB, apresentando as informações sobre localização, aspectos históricos, socioeconômicos e naturais, atribuindo a este último, ênfase para características do quadro natural da Serra de Santa Catarina; no quarto capítulo são apresentados os recursos turísticos potenciais da área e, partindo do princípio da sustentabilidade, as práticas e atividades que poderão ser desenvolvidas para agregar ao município de São José da Lagoa Tapada o ecoturismo como uma atividade econômica complementar.

Por fim, foram feitas as considerações finais onde é apresentada a importância do trabalho para a Serra de Santa Catarina e as possíveis soluções e atitudes que poderão ser tomadas a fim de evitar a degradação total da área.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

### 2.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

#### 2.1.1 Turismo: Conceito e Segmentos

O turismo é uma atividade econômica geradora de renda e empregos, formal e informal, que vem se destacando no cenário nacional e internacional como um dos setores mais rentáveis e mais significativos do mundo. Os principais motivos para a expansão do turismo estão associados à evolução nos meios de transporte, da telecomunicação, aumento no poder aquisitivo, melhorias nos direitos trabalhistas, como férias, e a necessidade de conhecer lugares novos, para descanso e lazer, longe do estresse de longas jornadas de trabalho, da vida agitada das grandes cidades, e entre outros motivos.

No âmbito mundial, a atividade turística é regida pela Organização Mundial do Turismo – OMT, órgão que estabelece os princípios e normas do setor turístico junto aos seus países membros. No Brasil, o turismo é organizado segundo o “Plano Nacional de Turismo”, que apresenta as orientações estratégicas para o desenvolvimento da atividade no Brasil para os próximos anos.

De acordo com o Anuário Estatístico do Turismo (2017), o turismo é definido como:

Atividades realizadas pelos visitantes durante sua viagem a um destino fora de seu entorno habitual, por uma duração inferior a um ano, com qualquer finalidade (lazer, negócios ou outro motivo) que não seja empregado por uma entidade (empresa/instituição) residente no país ou lugar visitado. (RIET 2008 - Ver p.10, § 2.9)

O turismo não pode ser confundido com os movimentos migratórios ou com os movimentos do cotidiano. Barretto (1995), explica que três elementos importantes devem ser levados em consideração ao definir seu conceito: tempo de permanência, o caráter não lucrativo e o lazer. O turista tem a noção do tempo mínimo e máximo que permanecerá fora de seu domicílio, e ele sempre tem a intenção de retornar à sua casa. Este deslocamento não tem caráter lucrativo, visto que o objetivo está na busca por lazer. Neste caso, o turista irá gastar o dinheiro que ganhou em outro lugar, em lugares que lhe proporcionem sensação de bem estar físico e espiritual, recreação, paz, contentamento, descanso, cultura, informação, aventura, entre outros, durante algum tempo livre.

O turismo, assim como as demais atividades econômicas, também sofre constantemente com os efeitos da competitividade e das exigências da demanda, e para atender uma clientela cada vez mais diversificada, os produtos e roteiros turísticos também precisam ser diversificados, surgindo às modalidades ou segmentos do turismo.

De acordo com Ministério do Turismo (2006, p. 3)<sup>2</sup>, a segmentação é entendida como:

Uma forma de organizar o turismo para fins de planejamento, gestão e mercado. Os segmentos turísticos podem ser estabelecidos a partir dos elementos de identidade da oferta e também das características e variáveis da demanda.

Segundo Barros et al (2008), “demanda turística” é o número de pessoas que viajam para desfrutar das comodidades de um lugar turístico, e está intimamente ligada a motivos internos, isto é, às necessidades, motivações e preferências do turista. Porém existem quatro fatores que influenciam direta e indiretamente a essas necessidades, motivações e preferências:

- **Disponibilidade de tempo** – tempo disponível que envolve, por exemplo, férias, feriados prolongados e finais de semana;
- **Disponibilidade econômica** – são as condições financeiras (renda) de uma pessoa ou da família;
- **Fatores demográficos** – faixa etária, sexo (adolescentes, idosos, pessoas com deficiência);
- **Fatores socioculturais** – fatores ligados status, crenças religiosas, profissão, estado civil, personalidade, nível de escolaridade, nível cultural, percepção do turista, preferência do destino.

Entende-se por “Oferta turística” todos os atrativos, equipamentos e serviços que são oferecidos ao turista. Segundo DIAS (2005, apud BARROS et al, 2008), os principais componentes da oferta turística são: os recursos turísticos e os serviços e equipamentos turísticos.

“Recursos turísticos” ou “atrativos turísticos”, naturais ou culturais, são os elementos de uma localidade que tem potencial para atrair turistas ou que já estão recebendo visitantes.

---

<sup>2</sup>BRASIL, Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais**. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

São os elementos que vão definir a maneira como o turismo será organizado e planejado num determinado local. É possível citar, como exemplo, as condições ambientais tais como o clima, a vegetação, formas de relevo e hidrografia ou proximidade do oceano; condições sociais, como monumentos arquitetônicos, museus, eventos culturais, estrutura do comércio; eventos econômicos, como feiras comerciais, conferências internacionais; entre outros.

Os recursos que já estão sendo explorados pela indústria do turismo são chamados de “recursos atuais”; os que têm vocação e que poderão ser explorados futuramente pelo o turismo, de “recursos potenciais”. Os recursos atuais ou potenciais podem ser classificados em: recursos básicos - são os que têm poder para atrair e fixar a demanda em uma região; ou recursos complementares - que desempenham o papel de diversificar as atividades dos turistas em uma região, já que sozinhos não possui poder de atração suficiente para garantir estadias de longa duração (RUIZ & ARMAND, 2002, *apud* BARROS et al, 2008).

Os “serviços” e “equipamentos turísticos” são os elementos necessários para facilitar o deslocamento e a permanência do turista no local visitado. Entre eles inclui a rede hoteleira, rede de restaurantes, entretenimento, agência de viagens, locadoras de imóveis e veículos, lojas de artesanato, centros comerciais, casas de câmbio, locais de convenções e exposições, bancos, farmácias, hospitais, delegacias, postos de combustível, oficinas mecânicas, pessoal capacitado, entre outros.

Existem também, os que auxiliam e complementa os serviços turísticos. É o caso dos serviços urbanos, que inclui saneamento básico (abastecimento de água, esgoto, coleta seletiva do lixo), iluminação pública e energia elétrica, rede viária e de transporte e sistema de telecomunicação. Esse conjunto de elementos foi denominado por Beni (2004) de infraestrutura geral, que são de responsabilidade pública e serve ao setor de turismo assim como a qualquer outro setor econômico.

A segmentação é uma estratégia do turismo para organizar suas atividades a partir de estudos sobre as diversas motivações, necessidades e preferências dos turistas, e o poder de atração dos destinos turísticos, sua vocação e potencialidades. Esta é uma forma de reconhecer as tendências de consumo e a oportunidade de valorizar a diversidade e as particularidades do Brasil (BRASIL, 2010)<sup>3</sup>.

Em seu livro *Análise estrutural do turismo*, Beni (2004) conceituou 36 segmentos do turismo, a saber:

---

<sup>3</sup> BRASIL. Ministério do Turismo. **Segmentação do turismo e o mercado**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

- ecológico;
- ecoturismo;
- rural;
- agroturismo;
- de aventura;
- climático e hidrotermal;
- paisagístico e hidrotermal;
- desportivo;
- cultural;
- étnico-histórico-cultural;
- turismo temático;
- educacional;
- cívico institucional;
- religioso;
- empresarial ou de negócios;
- congressual;
- incentivos;
- científico;
- de eventos fixos,
- sazonais,
- de oportunidade e monotemáticos;
- urbano,
- megaeventos;
- saúde;
- esotérico ou esoturismo;
- recreação e entretenimento;
- habitacional;
- habitação;
- sociofamiliar;
- terceira idade;
- hedonista;
- alternativo;
- especializado para novos segmentos de consumo;
- sexual;
- excentricidades;
- jogo ou cassinismo;
- endógeno;
- visual.

Observa-se a diversidade de segmentos ou modalidades do turismo que tem por finalidade diversificar a prática, de modo a atender a todos os gostos e preferências da demanda turística. Porém, essas diversidades de terminologias associadas à prática do turismo apresentam, em um o outro caso, semelhanças e complementaridade entre si, mostrando que há interfaces entre eles.

### **2.1.2 O Turismo como um Fenômeno Geográfico.**

Os recursos naturais são a base física do trabalho humano, e ao longo do tempo o Homem vem usufruindo da natureza para sua sobrevivência. Santos (2008) explica que a natureza natural deixou de existir desde que o Homem socializou-se, e tudo que se considerava como “natureza primeira” já foi transformada na “natureza segunda” em um contínuo processo, modificando o meio que até então era considerado como meio ecológico para um meio cada vez mais técnico e artificial.

O espaço é formado por conjunto indissociável de sistema de objeto e sistema de ação. Estes objetos, naturais ou artificiais, detêm de forma e conteúdo, cujo dinamismo e a funcionalidade são definidos pela estrutura, isto é, sociedade (SANTOS, 2008). Em uma sociedade capitalista alguns desses objetos tornaram-se um elemento estratégico para o desenvolvimento econômico, principalmente na fase do capitalismo industrial. O Homem encontrou no turismo uma forma de exploração planejada, que transforma o espaço em um produto de consumo – o consumo da natureza. O turismo tornou-se uma atividade econômica que produz e consome espaço para sua própria reprodução (CIRINO, 2006).

Como as demais atividades econômicas, o turismo é uma prática social que utiliza, interfere, transforma, produz e consome o espaço geográfico. Influencia nas dimensões ambientais, econômicas, política, sociais e culturais, além de interferir na circulação de capital, bens, serviços e pessoas, em diferentes escalas.

Cruz (2001, apud OLIVEIRA e SILVA, 2008, p. 3) afirma que toda análise sobre a relação entre o turismo e espaço geográfico deve:

[...] considerar o conjunto de relações em que se desenvolve a atividade, bem como suas dimensões global e local. O turismo representa apenas uma parte de um imenso jogo de relações. O turismo, tal como outras atividades - e concorrendo com elas - introduz no espaço objetos definidos pela possibilidade de permitir o desenvolvimento da atividade. Além disso, objetos preexistentes em dado espaço podem ser igualmente absorvidos pelo e para o turismo, tendo seu significado alterado para atender a uma nova demanda de uso, a demanda de uso turístico.

Quando os objetos no espaço, naturais ou artificiais, apresentam potencial para tornar-se um atrativo turístico, o seu significado é alterado e passam a desempenhar uma

nova função. Porém, esses objetos por si só, não são suficiente para garantir a permanência do turista. Para isso, é necessário introduzir ou aperfeiçoar um conjunto de equipamentos e infraestrutura capaz de permitir o deslocamento e assegurar a permanência, dentre as quais pode-se citar à acessibilidade, melhorias viárias, serviços coletivos, alojamento, restaurante, e entre outros, que vão sendo ditados conforme a dinâmica da atividade. E deste modo o Homem produz, organiza e valoriza o espaço para atender exigências da demanda turística.

As formas no espaço constituem a parte visível, isto é, a paisagem, e as transformações que ocorrem no espaço resultam também em transformação nas paisagens. De acordo com Cruz (2002, apud CIRINO, 2006, p. 17):

As paisagens artificiais criadas pelo turismo são resultantes de projetos, de planos ou de outros tipos de intervenção planejada sobre o espaço, movidas pelo objetivo de (re) criar formas ou conjuntos de formas reconhecidamente atrativos para o turista. O turismo intervém na paisagem natural para criar um cenário turístico capaz de ser contemplado e ao mesmo tempo utilizado pelas pessoas em forma de lazer.

Santos (1988, apud VIEIRA e OLIVEIRA, 2012, p. 9) diz que “o conceito de paisagem na ciência geográfica refere-se a tudo aquilo que pode ser alcançado por meio de nossa visão. São as cores, os movimentos, os odores, os sons. Por esta mesma razão, a paisagem relaciona-se à dimensão da percepção e aos sentidos humanos”. A visão é o ponto de partida na observação de uma paisagem, porém como afirma o autor, o homem pode percebê-la por meio de outros componentes sensoriais, como por exemplo, os sons dos pássaros, da cachoeira; as cores das rosas, os tons de verde da vegetação; o sabor de um prato típico, o calor do verão ou frio do inverno.

Sobre paisagem e turismo Vieira e Oliveira (2012, p. 10) comentam que:

As belezas e os cenários exóticos divulgados pela publicidade turística e carregados de conteúdo simbólico, permeiam o imaginário humano, induzem o desejo pela viagem e posteriormente criam a motivação necessária para que o deslocamento do turista ocorra. Assim, a paisagem representa o primeiro contato do visitante com o destino turístico e por isso, figura-se como importante fator na determinação da atratividade local. Por isso que uma paisagem não é percebida da mesma maneira por duas ou mais pessoas.



O significado de uma paisagem está totalmente relacionado à subjetividade. Por isso, ela envolve as questões simbólicas, religiosas, culturais, econômicas e emocionais, que são próprias de cada indivíduo. Por esse motivo é que uma mesma paisagem possui valores diferentes quando é percebida por pessoas diferentes.

Para o turismo, a paisagem tornou-se um importante recurso para comercialização do produto. Pode não ser este de fato o responsável, mas o caráter estético e visual de uma paisagem influencia direta e indiretamente na escolha do destino. Isto porque, o aspecto visual é o primeiro contato que o turista tem com um local antes mesmo de ir visitá-lo e, com o aperfeiçoamento da comunicação, a imagem se tornou um dos principais recursos de comercialização de uma oferta turística, principalmente se esse ponto turístico possuir belezas naturais, exóticas e paradisíacas. É evidente que existem outros motivos, como visitar as famílias, os amigos ou viagem de negócios, mas como estratégia de marketing a paisagem se tornou um importante recurso para manipular a mente humana, isto porque dependendo da forma que o turismo é organizado e planejado, o mesmo pode causar impactos negativos, que certamente nunca serão mostrados em panfletos, cartões postais ou fazer parte de rotas de visitação.

Acredita-se que por esse motivo Paulo e Costa (2012) caracteriza o turismo como uma prática ambígua, pois consegue, ao mesmo tempo, proteger o meio que lhe garante a riqueza, e degradar esse meio com impactos negativos socioambientais, que intensificam com a falta de planejamento.

De acordo com Baldissera e Bahl (2012), as modificações que ocorrem nos destinos turísticos, causadas pela passagem de turistas e conseqüentemente pelo desenvolvimento da atividade, são chamadas de impactos do turismo. Esses impactos, de natureza, intensidade, direções e magnitude diversas podem ser positivos ou negativos e, afetam as dimensões ambientais, econômicas, sociais e culturais, umas com mais intensidade do que outras, dependendo da vocação turística do pólo receptor e a maneira como a atividade foi organizada e planejada.

Ao analisar a questão ambiental, percebe-se que o turismo tem contribuído para a criação de áreas de proteção e conservação ambientais, como parques nacionais e ONGs de preservação, mas por outro lado, os impactos físicos causados tanto pelo desenvolvimento turístico quanto pelas atividades turísticas supera toda e qualquer iniciativa bondosa. Isto porque o ato do desflorestamento, muita das vezes desordenado,

é necessário para construções de obras de infraestrutura e instalações que dão suporte ao turismo, como as rodovias e os aeroportos, e as instalações turísticas, incluindo resorts, hotéis, restaurantes, pontos comerciais, casas de veraneio, áreas de lazer. Essas construções são, sem dúvidas, essenciais para o desenvolvimento da atividade, mas em contrapartida originam, como consequência, além do próprio desmatamento, a poluição do ar, das águas e a degradação do solo; poluição sonora, estética e visual; descaracterização da paisagem, entre outros, que vão afetando e agredindo direta e indiretamente o meio ecológico, alterando e interferindo nos ecossistemas locais (FERREIRA, 2005; OLIVEIRA, 2008; BALDISSERA, BAHL, 2012; POLETTI, SAMPAIO, 2013).

Nas questões econômicas torna-se evidente que a implantação de um empreendimento turístico beneficie uma localidade com empregos, direta ou indireta, gerando maior distribuição e circulação da renda, além de aumentar a divisa em moeda estrangeira, diversificando a economia local, aumentando a renda per capita, as oportunidades locais e atraindo investimentos diversificados. Entretanto, uma localidade que está economicamente dependente do turismo, sofre as consequências do caráter sazonal que é próprio da atividade, ou até mesmo com possíveis variações no fluxo de turistas quando há riscos de conflitos, como guerras, catástrofes, mudanças climáticas, e o próprio modismo de destinações turísticas. Além do mais, o aumento no custo de vida; a troca das atividades primárias por atividade terciárias – setor do turismo; a própria inflação e especulação imobiliária; e os aumentos do emprego informal, principalmente pela falta de mão de obra qualificada e especializada, trazem dúvidas quanto ao andamento da atividade (FERREIRA, 2005; OLIVEIRA, 2008; BALDISSERA, BAHL, 2012; POLETTI, SAMPAIO, 2013).

Os impactos do turismo na dimensão econômica são possíveis de quantificar, ao contrário dos efeitos na dimensão sociocultural, que possuem natureza mais qualitativa. Dias (2003, apud BALDISSERA e BAHL, 2012, p. 8) define os impactos socioculturais como:

[...] resultado de um tipo particular de relações sociais que ocorrem entre turistas e residentes como decorrência do estabelecimento do contato que provocam mudanças sociais e culturais na sociedade visitada – sistema de valores, comportamento individual, estrutura familiar, estilos de vida, manifestações artísticas, cerimônias tradicionais e organização social.

A cultura é um importante recurso de incentivo às viagens turísticas, mas nem sempre é seguido do respeito e da valorização por parte do visitante (RUSCHMANN, 1999 apud BALDISSERA e BAHL, 2012). Na literatura, observa-se a importância da atividade turística para a cultura local quando ocorre à valorização artesanal, o orgulho ético e a apreciação da cultura, teatro, música e gastronomia. Em contrapartida, a descaracterização do artesanato, a vulgarização das atrações culturais, a arrogância cultural e a destruição do patrimônio histórico afetam diretamente a identidade dos habitantes locais (FERREIRA, 2005; OLIVEIRA, 2008; BALDISSERA, BAHL, 2012; POLETTI, SAMPAIO, 2013).

E por fim, a dimensão social, que também ocorre pela relação turista e morador, e que segundo Oliveira (2008, p. 44), “esse tipo de impacto é um dos mais complexos, uma vez que ocorre lentamente, o que dificulta o estabelecimento de uma relação direta entre essas questões e o turismo”.

Entre os problemas sociais mais relevantes, oriundo da expansão do turismo, é possível citar o crescimento desordenado das cidades e a realocação da população local; aumento no índice de prostituição – turismo sexual -, criminalidade, vandalismo e consumo de drogas; doenças sexualmente transmissíveis; saúde; as condições estéticas do lugar; e o desejo de adotar os hábitos de consumo e comportamento do turista (FERREIRA, 2005; OLIVEIRA, 2008; BALDISSERA, BAHL, 2012; POLETTI, SAMPAIO, 2013).

Frente às questões que envolvem a necessidade de conservação e cuidados com o meio ambiente e a preocupação em conceber um turismo sob a ótica do “ecologicamente correto”, surge como alternativa o turismo sustentável, definido pela OMT - Organização Mundial de Turismo como “aquele que atende às necessidades dos turistas e das regiões receptoras e ao mesmo tempo protege e fomenta as oportunidades para o futuro” (BARROS et al, 2008; HANAI, 2012).

O novo pensar na forma de fazer turismo, o turismo sustentável, gira em torno das ações e programas baseado no estudo de prevenção dos impactos ambientais e socioculturais, para a introdução de medidas preventivas ou corretivas quando necessário.

Para alcançar tal objetivo é necessário o planejamento turístico realizado em conjunto com todos os agentes que compõem esse processo, como a iniciativa privada, instituição governamental e a comunidade local, a fim de analisar o contexto da localidade, levando em conta suas potencialidades, vocação e necessidades, de forma a

minimizar o máximo possível os impactos negativos. “Assim, o turismo sustentável contempla o planejamento e a gestão dos recursos naturais, econômicos, sociais e das necessidades estéticas, mantendo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas de suporte à vida” (OMT, 2003, apud SILVA e CÂNDIDO, 2016, p. 478).

Em resumo, o desenvolvimento sustentável do turismo visa o desenvolvimento local sem abandonar o fator econômico, baseando-se o seu planejamento e a gestão focados em dois aspectos importantes: minimizar o máximo possível os impactos negativos e inserir os moradores locais em todo processo.

### **2.1.3 A Sustentabilidade no Espaço Turístico: o Ecoturismo e o Turismo De Base Local**

De acordo com Anderson (2008, apud BRASILEIRO, 2012), no período pós-guerra, entre as décadas de 1950 a 1960, vários países, principalmente os países ocidentais, vivenciaram um período de grande crescimento e expansão econômica e tecnológica da história, período o qual ficou conhecido pela *idade do ouro*.

Entretanto, “o progresso econômico e técnico/científico é ambivalente e nem sempre significa crescimento, qualidade de vida e desenvolvimento para a população. Principalmente quando o crescimento econômico torna-se um fim em si mesmo [...]” (BRASILEIRO, 2012, p. 82). Isso significa dizer que nesta nova ordem, as questões social, cultural e ambiental ficaram em segundo plano, estando os mesmo subordinados primeiramente as questões econômicas.

Talvez este seja o motivo pelo o qual Barrett e Odum (2008, apud MUNHOZ e FARIA, 2012, p. 132) escreve:

A humanidade irá ultrapassar sua capacidade de suporte ótima, como já estamos fazendo com muitos recursos, levando a ciclos de explosão e colapso. Assim, o desafio no futuro não será como evitar a ultrapassagem, mas, sim como sobreviver a ela reduzindo as dimensões do crescimento, do consumo de recursos e da poluição.

Sob essa nova perspectiva, as discussões nas últimas décadas do século XX foram marcadas em defesa e proteção do meio ambiente. Surgem então os novos paradigmas de desenvolvimento, que sustentados no princípio da sustentabilidade,

introduzem modelos e propostas que incentivem a inclusão social e a valorização cultural e ambiental. Neste novo cenário nasce o conceito de *desenvolvimento sustentável*, que apoiado no tripé - crescimento econômico / equidade social / equilíbrio ecológico –, orienta que a prosperidade econômica esteja em consonância com as necessidades básicas das gerações atuais e, principalmente, das futuras gerações.

O princípio da sustentabilidade passou a ser aplicado à prática do turismo quando o mesmo começou a desenvolver características de turismo de massa, caracterizado por “oferecer serviços e produtos homogeneizados, para uma demanda turística inexperiente e motivada [principalmente] pela oferta de sol e praia, a preços muito baixos, sem maiores preocupações com as questões ambientais e culturais” (BRASILEIRO, 2012, p. 89).

Esse modelo de turismo teve seu apogeu entre as décadas de 1960 a 1980, onde foi considerado como a melhor forma de fazer turismo. Mas, a saturação desse modelo deu-se principalmente pela forma que a atividade vinha se organizando, dentre as quais está à influência de um conjunto de empresas e operadoras do turismo que, pensando em escala global, excluem de certa forma a população de participar das decisões e de expor suas ideias e opiniões, além do desrespeito, na maioria das vezes, dos valores socioculturais, do esgotamento dos espaços naturais, da descaracterização do lugar, da padronização da oferta turística, entre outros impactos que de certa forma contribuíram para a crise do modelo, e para desmistificação da falsa ideia de indústria sem chaminé<sup>4</sup>.

Observou-se então, a formação de uma demanda turística insatisfeita com a uniformidade, passando a exigir novas opções de lazer, focando cada vez mais sobre a qualidade e as necessidades de valorizar a cultura e do meio ambiente. E nesta nova ordem a oferta turística, não conseguindo manter seu ritmo normal, precisou inovar e diversificar suas práticas para atender às novas exigências do mercado (ZAOUAL, 2008).

Nessa perspectiva surgiram várias segmentações de turismo, visando o contato direto do visitante com a natureza e a comunidade local, como: o turismo de natureza, o turismo ecológico, o ecoturismo, o turismo rural, e turismo de base local (CARVALHO, 2012). E entre essas modalidades de turismo mencionadas, o ecoturismo vem se destacando por desenvolver práticas ecológicas que mais se enquadram às ideias de sustentabilidade.

---

<sup>4</sup> Expressão utilizada para caracterizar o turismo como uma atividade econômica geradora de emprego e renda, sem causar os impactos socioambientais negativos que as indústrias de chaminé vinham gerando.

O ecoturismo é um segmento do turismo que vem se destacando no Brasil quando os movimentos ambientalistas e os debates sobre a importância de conservar e preservar nossa riqueza natural alcançou a atividade turística. Nesta mesma época, o modelo de turismo de massa era apontado como importante agressor e gerador de impactos negativos na esfera social, cultural, econômica, e principalmente, na ambiental (BRASIL, 2010)<sup>5</sup>.

As Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo (1994, p. 18) define o ecoturismo como:

Segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva a sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação dos ambientes, promovendo o bem estar das populações envolvidas (EMBRATUR, 1994).

Para Kinker (2002, apud CARVALHO, 2012) o ecoturismo deve corresponder a três aspectos básicos:

- 1) a conservação do ambiente visitado;
- 2) a conscientização ambiental tanto do visitante quanto do residente;
- 3) o desenvolvimento local/regional integrado.

Diante das leituras sobre o assunto, entende-se por ecoturismo como uma modalidade desenvolvida em ambientes naturais, que aplica práticas da conservação, informação e inclusão nas localidades receptoras, apoiando-se nos princípios básicos da gestão ambiental<sup>6</sup>. Assim, todas as atividades, projetos e ações desenvolvidas são baseados na capacidade e no limite da natureza, para que desta forma ocorra à conservação e proteção das áreas e o bem-estar da população local.

Outra característica importante é a harmonia entre o homem e a natureza, onde o homem é inserido no ecossistema, costume e história local a partir da prática da educação ambiental. Deste modo, tanto o morador como o turista são orientados e sensibilizados sobre a importância de conservar o patrimônio natural e cultural e o valor da área visitada.

Por último, está a inclusão na comunidade local nas decisões de implantação das atividades e serviços turísticos. Nesta parte enquadra-se o conceito de Turismo de base

---

<sup>5</sup> Brasil. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

<sup>6</sup> A gestão ambiental utiliza instrumentos como fiscalização, licenciamento, monitoramento e educação ambiental (COIMBRA, 1999, apud GOMES, 2012).

local, que segundo Bursztyn, Bartholo e Delamaro (2009, apud CARVALHO, 2012, p. 4) “é uma nova modalidade do turismo, que requer menor densidade de infraestrutura e serviços, visando à exploração dos recursos naturais e culturais locais, por meio da inclusão da comunidade no desenvolvimento e planejamento da atividade”.

O modelo de turismo em massa “foca-se em interesses externos e na acumulação de lucros, de forma que não traz para os residentes das comunidades, os benefícios esperados e pelos quais se trabalha arduamente” (PORTUGUEZ, 2012, p. 32), e a preservação dos valores sociais, culturais e ambientais só serão possíveis frente ao planejamento turístico dentro da realidade em que ele é praticado, seja ela local, regional ou nacional. Por isso que o turismo de base local vem se destacando pela luta contra os grandes empreendedores da indústria do turismo de massa, que ameaçam a qualidade de vida, tradições, modos e costumes da população residente, além de usufruir dos benefícios gerados pelo o setor, sem as devidas preocupações com as questões ambientais, sociais e culturais do lugar.

O turismo de base local é um segmento que incentiva a participação da comunidade na tomada de decisões, abrindo espaço para que suas ideias, opiniões, medos, anseios e expectativas sejam ouvidos e, deste modo, o turismo aconteça de forma responsável e dentro dos seus limites. Deve-se também desenvolver planos e ações que valorizem a mão de obra local e promova a capacitação da comunidade para gerenciar seus próprios negócios no setor, a fim de que a riqueza gerada pela atividade turística, ainda que em longo prazo e lucros reduzidos, mantenha-se no próprio local e promova a qualidade de vida da população receptora (BALDISSERA, BAHL, 2012; GOMES, 2012).

Há, antes de tudo, a necessidade de um estudo preliminar da área levando em consideração três quesitos fundamentais:

- 1) levantamento do potencial turístico da localidade – a fim de identificar os recursos que possam vir a ser explorados pelo turismo;
- 2) verificar as reais condições de realizar as atividades turísticas – os serviços fornecidos e os que necessitam ser incorporados ou melhorados;
- 3) analisar a viabilidade da região para o ecoturismo – as estratégias para agregar o segmento.

Mesmo que uma área apresente potencial para a atividade turística; que seus resultados na esfera econômica, ambiental, cultural e social venham surtir efeito em curto ou em longo prazo; e haja a consciência que, independentemente do segmento do

turismo adotado, a área receptora sempre estará sujeita a impactos, positivos e negativos; pretende-se propor, desde o início, que o turismo desenvolvido comprometa-se em maximizar os impactos positivos e minimizar os negativos.

## 2.2 PROCEDIMENTOS TÉCNICO-METODOLÓGICOS

Entende-se o método científico como um caminho para alcançar o conhecimento. Esse caminho é guiado por uma metodologia, que são os procedimentos ou etapas que deve ser seguido em uma determinada investigação. São os procedimentos metodológicos que explicará toda a ação desenvolvida para se obter determinado resultado, e serão eles que colocarão a prova às potencialidades e limitações do uso de certo método para a explicação do fenômeno estudado (LAKATOS e MARCONI, 2008).

A pesquisa fundamenta-se no método dialético. Para essa filosofia, a lógica e a história da humanidade seguem uma trajetória dialética, nas quais as contradições se transcendem, mas dão origem a novas contradições que passam a requerer solução (GIL, 2008, p. 13). E fundamentado no método dialético, o trabalho será guiado pelo corrente marxista conhecida como materialismo histórico dialético. No materialismo histórico dialético o espaço é compreendido como uma expressão visível da sociedade. “O arranjo espacial indica o modo de socialização da natureza, isto é, a transformação da história natural em história dos homens. Esta socialização consiste na transformação da primeira natureza em uma segunda natureza pelo trabalho humano” (MOREIRA, 1982 apud SUERTEGARAY, 2005, p. 27). Nesta teoria, o trabalho é a atividade pelo o qual o homem domina a natureza e humaniza essa natureza. O espaço geográfico é fruto da produção e reprodução das relações sociais de produção ao longo do tempo, e se materializa nas formas espaciais da paisagem.

A pesquisa é do tipo descritivo-exploratória. Gil (2008, p. 27) diz que “as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”. Quanto o caráter descritivo, Gil (2008, p. 28) diz que “as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.



Quanto aos procedimentos metodológicos, o trabalho foi desenvolvido com base em pesquisa bibliográfica, observação, pesquisa de campo, registro fotográfico e história oral.

- A Pesquisa Bibliográfica.

Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é realizada com base em materiais já elaborados. Para este trabalho foram utilizados de livros e artigos científicos, revistas, monografias, teses, material cartográfico e sites na internet referente à temática; análise das características socioeconômicas do município de São José da Lagoa Tapada - PB foi obtida por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); e a descrição das características geoambientais da Serra foi concretizada a partir do trabalho de Sousa (2011).

- A Observação.

Segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 190) “a observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utilizar os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar”.

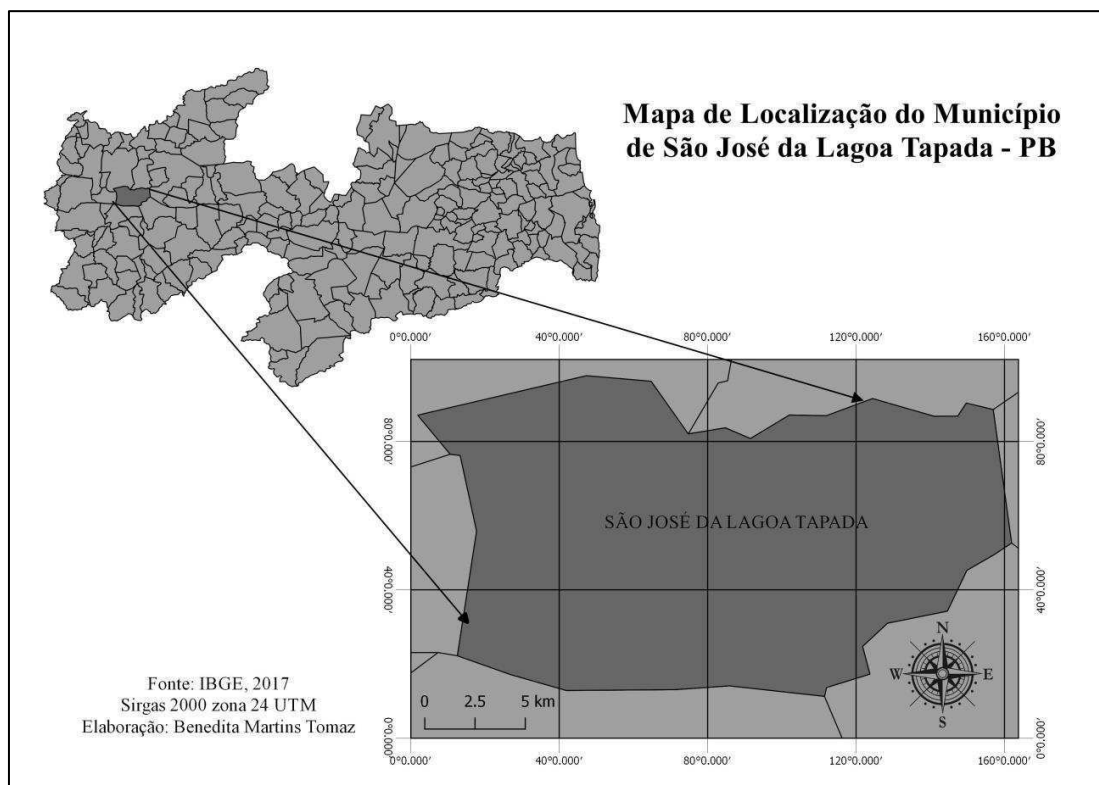
- A Pesquisa de Campo.

Para identificação dos recursos turísticos potenciais da Serra de Santa Catarina foi realizada pesquisa de campo, que segundo Lakatos e Marconi (2003, p 186) “é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles”. Para coleta de dado foram utilizados o registro fotográfico e a história oral.

### 3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.

#### 3.1 O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA.

O município de São José da Lagoa Tapada, localizado no estado da Paraíba, pertence à microrregião de Sousa, a aproximadamente 420 km de distância da capital estadual, João Pessoa. O município tem uma área de 341,806 km<sup>2</sup> e limita-se ao norte com Sousa e Aparecida, a oeste com Nazarezinho, ao sul com Aguiar, a Sudeste com Coremas e a Leste com São Domingos e Pombal. A sede municipal apresenta uma altitude de 260 m e coordenadas geográficas de 38° 09' 43'' longitude oeste e de 06° 56' 27'' latitude sul.



**Figura 1:** Mapa de localização do município  
Fonte: Elaboração própria utilizando o programa Qgis.

#### 3.1.1 Aspectos Históricos

São José da Lagoa Tapada pertencia ao município de Sousa até sua emancipação em 28 de julho de 1959, através da Lei nº 2.149 do Poder Executivo da Paraíba. Segundo depoimento de pessoas idosas, o município surgiu de uma fazenda pertencente ao Pe. Izidro Gomes de Sá, onde foi construída uma capela. Com o passar do tempo,

várias casas foram construídas ao redor da capela e, com o crescimento das construções, formou-se uma pequena vila.

Enquanto vila teve o nome de Oiticica e, posteriormente, de Oiticicatuba. Mas, segundo uma pesquisa realizada por Sousa (2003) em documentos cartoriais, observou que a cidade teve vários nomes, passando de povoação ou vila, depois como cidade, a saber:

- Povoação de São José da Alagôa Tapada – 1931
- Povoado de São José da Lagôa Tapada – 1937
- Vila de Oiticica – 1939
- Vila de São José da Lagôa Tapada – 1938
- Vila de Oiticicatuba – 1945
- São José da Lagoa Tapada – A partir de 1959

O nome atual da cidade originou-se com a religião: *São José* em homenagem ao santo de devoção da senhora Custodia Gertrudes Sá (Dona Maroquinha), mãe do padre Isidro Gomes, que celebrava a festa de São Jose desde o dia 19 de marco de 1906, com procissão e missa, organizada pelo o próprio Pe Izidro Gomes de Sá que foi o primeiro pároco; e *Lagoa Tapada* vem de uma lagoa que precisou ser aterrada para facilitar o acesso à cidade.

Teve como Prefeito Interino o Senhor Antônio Alves Araújo (Toinho de Genésio), que foi nomeado prefeito pelo o então governador do Estado, Pedro Moreno Gondim, no dia 28 de julho de 1959, administrando o Município até o dia 30 de novembro de 1960, quando ocorreu a primeira eleição, que elegeu o senhor Raimundo Rodrigues Coura (Doca Coura), que permaneceu durante os anos de 1960 a 1963. Politicamente tem presença do Poder executivo e Poder Legislativo Municipal, porém quanto ao Poder Judiciário ainda está ligado ao Fórum do Município de Sousa. (SOUSA, 2003; IBGE, 2010)

### 3.1.2 Aspectos Sócios Econômicos

O município possui uma área de 341,805 km<sup>2</sup>, com uma população de 7.564 habitantes, em 2010, e uma densidade demográfica de 22,13 hab/km<sup>2</sup>. A tabela 1 representa a população total, os residentes da zona urbana e rural, a distribuição por sexo (feminino e masculino), e o percentual, dos anos de 1991, 2000 e 2010.

**Tabela 1:** Efetivo populacional de São José da Lagoa Tapada - PB (anos 1991, 2000 e 2010)

	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Total	7.070	100,00	7.184	100,00	7.565	100,00
Urbana	2.720	38,47	2.978	41,45	3.315	43,83
Rural	4.350	61,53	4.206	58,55	4.249	56,17
Masculina	3.403	48,13	3.497	48,68	3.680	48,65
Feminina	3.667	51,87	3.687	51,32	3.884	51,35

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil (PNUD)

Entre os anos de 1991 a 2010 é possível perceber um crescimento populacional de 7,00% visto que em 1991, a cidade possuía 7.070 habitantes. A maior parte dos habitantes do município reside na zona rural, representando cerca de 56,17% da população total no ano de 2010, uma queda de 5,36% se compararmos com o ano de 1991, onde a população rural correspondia a 61,53% da população total. Conseqüentemente, a população urbana cresceu cerca de 5,36%, passando de 38,47% em 1991 a 43,83% em 2010, tornando evidente o fenômeno do êxodo rural (migração de um grande contingente de pessoas do campo para a cidade).

A tabela 2 representará alguns indicadores socioeconômicos do município nos anos de 1991, 2000 e 2010.

**Tabela 2:** Alguns Indicadores Socioeconômicos do município de São Jose da Lagoa Tapada (anos 1991, 2000 e 2010)

INDICADORES	ANO	1991	2000	2010
IDH		0,247	0,341	0,530
Longevidade		58,1	62,4	68,3
Mortalidade infantil		76,5	51,8	32,7
Renda <i>per capita</i> (R\$)		71,32	109,65	216,66
PIB		-	-	33.039
PIB <i>per capita</i>		-	-	4.367,97

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil (PNUD).

O IDH de São Jose da Lagoa Tapada atingiu o valor de 0,530, em 2010, colocando o município na 5.395<sup>a</sup> posição em um ranking de 5.565 municípios brasileiros. Na Paraíba, o município ocupou, em 2010, a 214<sup>a</sup> dos 223 municípios da UF. Apesar de ter um crescimento de 38,06 %, passando de 0,247 em 1991 para 0,341, em 2000, e de 55,43%, passando de 0,341 para 0,530, em 2010, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), classifica o IDH município como baixo desenvolvimento humano.

A longevidade ou expectativa de vida aumentou em média de 4,0 anos da década de 1991 a 2000, e de 2000 a 2010 a média aumentou para 6,0 anos, passando de 62,4 anos, em 2000, para 68,3 anos, em 2010. Na taxa de mortalidade infantil caiu de 76,5 óbitos por mil nascidos vivos, em 1991, para 32,7 óbitos por mil nascidos vivos, em 2010.

A renda *per capita* média de São José da Lagoa Tapada cresceu 203,79% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 71,32, em 1991, para R\$ 109,65, em 2000, e para R\$ 216,66, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 6,02%. A taxa média anual de crescimento foi de 4,90%, entre 1991 e 2000, e 7,05%, entre 2000 e 2010.

Em 2010, a composição da população de 18 anos ou mais de idade economicamente ativa e ocupada era de 48,2 %, cerca de 2.539 pessoas. A população de 18 anos ou mais de idade economicamente ativa que se encontrava desocupada representou 46,5 % da população, isto é, 2.449 pessoas. E a população 18 anos ou mais de idade economicamente inativa correspondeu a 5,4 % da população,

cerca de 283 pessoas. Entre pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 50,94% trabalhavam no setor agropecuário, 0,00% na indústria extrativa, 6,09% na indústria de transformação, 5,37% no setor de construção, 1,10% nos setores de utilidade pública, 9,16% no comércio e 24,52% no setor de serviços.

O quadro 1 representa as principais atividades econômicas do setor primário que foram registradas pelo IBGE (2010) no município:

**Quadro 1:** Atividades econômicas do setor primário praticadas no município de São José da Lagoa Tapada

<b>AGRICULTURA</b>	<b>PECUÁRIA</b>	<b>EXTRATIVISMO</b>
Lavoura Permanente <ul style="list-style-type: none"> <li>• Banana</li> <li>• Coco-da-baía</li> <li>• Goiaba</li> <li>• Manga</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bovino</li> <li>• Caprinos</li> <li>• Ovinos</li> <li>• Suínos</li> <li>• Galinha, galo, frango.</li> <li>• Equinos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Carnaúba (cera)</li> <li>• Madeira - Carvão Vegetal</li> <li>• Madeira - Lenha</li> </ul>
Lavoura Temporária <ul style="list-style-type: none"> <li>• Algodão Herbáceo</li> <li>• Arroz</li> <li>• Cana de açúcar</li> <li>• Feijão</li> <li>• Milho</li> </ul>		

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo o IBGE (2010) o Produto Interno Bruto de São José da Lagoa Tapada, em 2010, foi de 33.039 mil reais, e a principal atividade econômica praticada no município é a agropecuária, seguido pelo o setor do comércio e a indústria de cerâmica. No ano de 2013, o setor agropecuário representou para o município cerca de R\$ 2.950,09 do Produto Interno Bruto.

### 3.1.3 Aspectos do Quadro Natural<sup>7</sup>

O município de São José da Lagoa Tapada encontra-se inserido nos domínios da Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas, parte na sub-bacia do Rio Piancó e parte na região do Alto Piranhas. Seus principais tributários são os riachos: do Boi, São Domingos, Pedra Branca, das Cabaças, Trapiá, Jatobá e Jenipapeiro, além do córrego da Caiçara.

<sup>7</sup> Informações obtidas com base no “Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de São José da Lagoa Tapada, estado da Paraíba. 2005”

Todos os cursos d'água têm regime de escoamento intermitente e o padrão de drenagem é o dendrítico. Os recursos hídricos subterrâneos são escassos em virtude da presença de rochas cristalinas do Pré-Cambriano, as quais têm baixa permeabilidade. Em função disso, a água subterrânea comumente se acumula em fraturas, fendas e falhas ou planícies aluviais dos rios, e possui baixa qualidade, dada aos elevados teores de sais.

A CPRM (2005) classificou os solos do município da seguinte maneira: nos Patamares Compridos e Baixas Vertentes do relevo suave ondulado ocorrem os solos do tipo Planossolos; Topos e Altas Vertentes, os Luvisolos; Topos e Altas Vertentes do relevo ondulado ocorrem os Argissolos; e nas Elevações Residuais estão os solos Neossolos, rasos e pedregosos.

A área em estudo está inserida no bioma Caatinga, uma área de aproximadamente 844.000 Km<sup>2</sup>, equivalente a 11% do território do país. A vegetação predominante é composta basicamente por Caatinga Hiperxerófila (vegetação que ocupa predominantemente os solos rasos que cobrem as rochas do embasamento cristalino), com trechos de Floresta Caducifólia (perdem as folhas em determinada época do ano).

O clima é do tipo tropical semiárido, com temperaturas médias superiores a 26°C e precipitação em média 800 mm anuais. As chuvas se concentram basicamente em 4 meses do ano (fevereiro a maio), produzidas principalmente pela atuação da Zona de Convergência Intertropical (ZCIT), sistema atmosférico que determina a quadra chuvosa<sup>8</sup>.

O município está inserido na unidade geoambiental da Depressão Sertaneja Setentrional, uma área constituída basicamente por uma superfície aplainada, resultante do processo morfogênico chamada de pediplanação<sup>9</sup>, que se desenvolveu em uma área de estabilidade tectônica, ao fim do Terciário e início do Quaternário. É caracterizado por um relevo predominantemente suave-ondulado, cortada por vales estreitos, com vertentes dissecadas, que são geralmente resíduos de um relevo anterior ou que tiveram uma resistência maior à erosão. Os acidentes geográficos de destaque no município são a Serra Cascavel, situado na porção norte do município, e, na porção sul, a Serra de Santa Catarina, objeto de estudo deste trabalho.

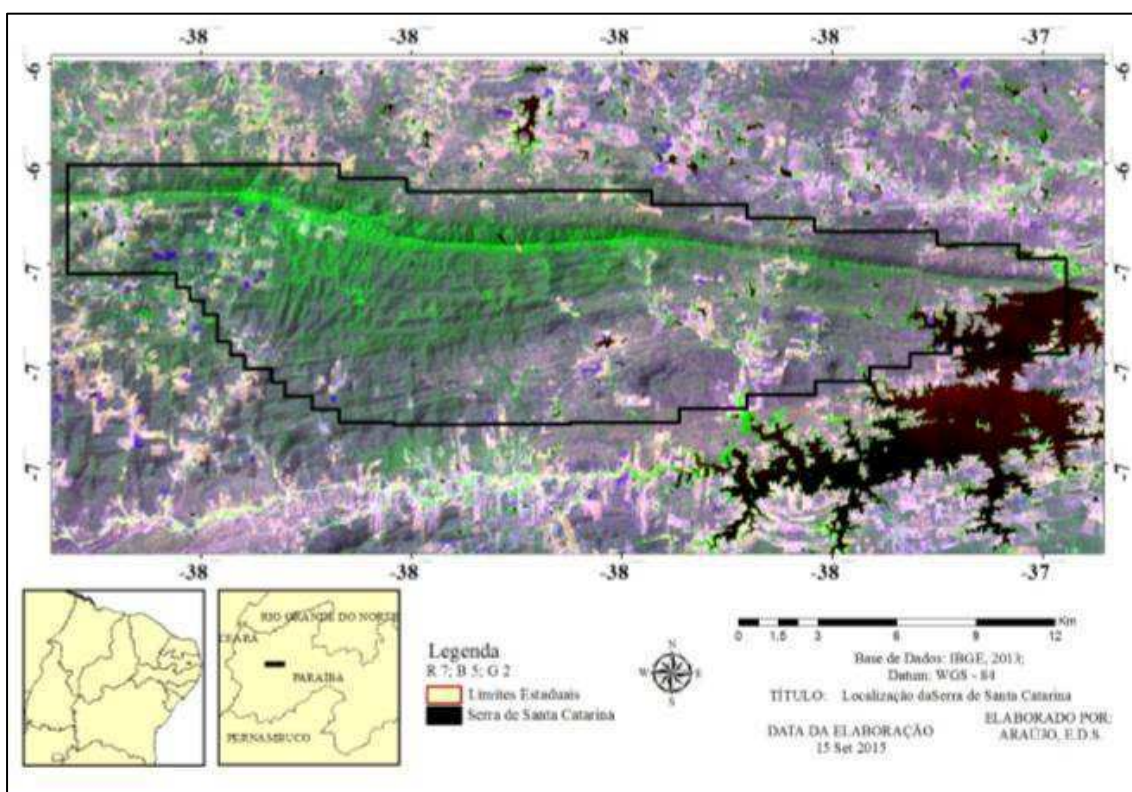
---

<sup>8</sup> SOUSA (2011)

<sup>9</sup> O nome dado a uma região aplainada em clima árido ou semi-árido caracterizada por se originar da coalescência de pedimentos, litossolos e/ou extensos afloramentos. Desenvolve-se por processo erosivo com recuo paralelo das encostas, típico deste tipo climático, com expansão de áreas planas do “pé-de-monte” (piedmont ou bajadas) que apresentam tênue capeamento de material fragmentário na frente de leques aluvionares. Quando arrasada a região montanhosa, o pediplano amplia-se até sobram somente raros testemunhos – inselbergs – das zonas mais elevadas na superfície de aplainamento. (RIBEIRO *et al.*, 2010)

### 3.1.4 A Serra de Santa Catarina

A área de estudo é parte integrante do denominado Planalto da Borborema, situada entre as coordenadas geográficas UTM, 9230 km N a 9220 km N de latitude e 610 km E a 575 km E de longitude, com uma área de aproximadamente 112,1 km<sup>2</sup>, desde o Olho d' água do Frade, em Nazarezinho, até o riacho saco dos Bois, em São José da Lagoa Tapada. Apresenta uma orientação no sentido E – W, com níveis altimétricos que alcançam em média cotas de 500 a 700 metros, chegando a superar a altitude de 830 metros em sua porção superior.



**Figura 2:** Mapa de localização da Serra de Santa Catarina

Fonte: Araújo et al (2016)

Sua geologia é datada do Período Pré-Cambriano, constituindo o domínio gnáissico-migmatítico. Segundo Sousa (2011, p. 40), a área de estudo está situada no chamado lineamento de Patos, que corresponde:

À profunda fratura no contexto geológico do Planalto da Borborema, seccionando esta região no sentido EW. Corresponde a uma área que sofreu intenso tectonismo, resultando no fraturamento e cisalhamento, além de



apresentar relevo fortemente acidentado. Ainda pode-se acrescentar, que em algumas pequenas áreas podem ser encontrados depósitos aluviais quartanários, resultantes das deposições em diminutas depressões alveolares (riachos intermitentes).

De acordo com Cunha e Guerra (2009, apud SOUSA, 2011) a serra apresenta formas aguçadas e bastante acidentadas, com vertentes íngremes, resultante dos processos de faturamento (tectonismo rúptil) que ocorreu na área durando o Ciclo Brasileiro (540 Ma).

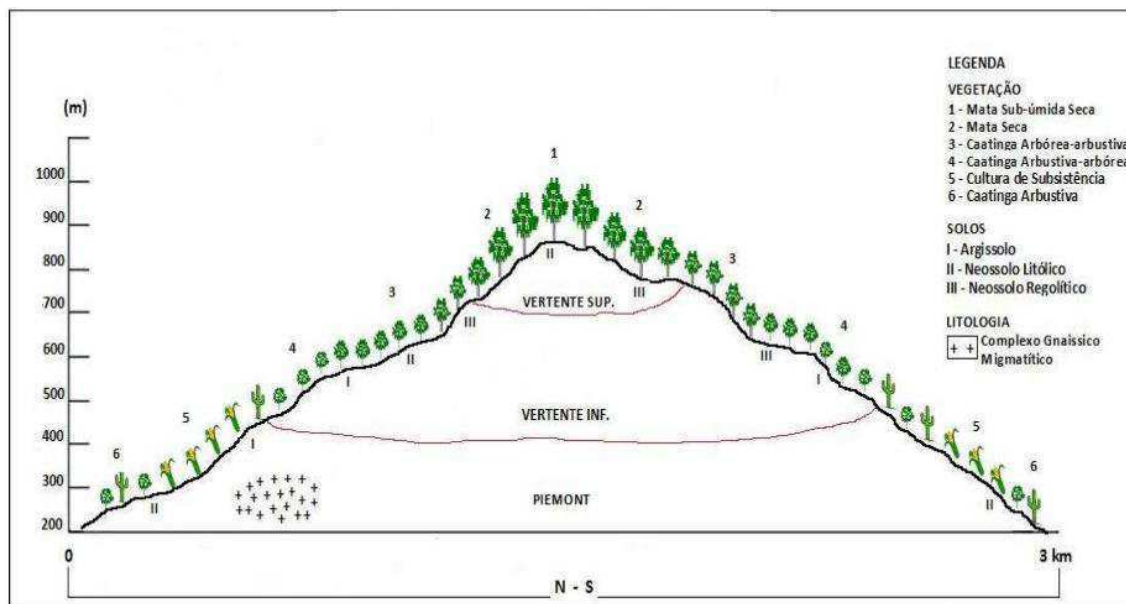
Em virtude das variáveis ambientais, tais como a vegetação, o solo e o clima, em função do fator altitude, Sousa (2011) compartimenta, do ponto de vista geomorfológico, a serra em três partes: a Vertente Superior, a Vertente Inferior, o Piemonte.

**Quadro 2:** Unidades Geoambientais da Serra de Santa Catarina

<b>GEOMORFOLOGIA</b>	Vertente Superior	Vertente Inferior	Piemonte
<b>SOLO</b>	Neossolo Litólico e Neossolo Regolítico	Argissolo Vermelho Amarelo, Neossolo Litólico e Neossolo Regolítico	Argissolo Vermelho Amarelo, Neossolo Litólico e Neossolo Regolítico
<b>COBERTURA VEGETAL</b>	Mata Subúmida Seca e Mata Seca	Mata Seca, Caatinga Arbórea-arbustiva e Caatinga Arbustiva-arbórea	Caatinga Arbustiva
<b>CLIMA</b>	Subúmido	Semiárido	Semiárido
<b>ALTITUDE</b>	Acima de 600 m	Entre 400 a 600m	Abaixo de 400 m
<b>DECLIVIDADE</b>	Acentuada, em muitos casos acima de 45 graus.	Acentuada, com valores superiores a 45 graus, na maior parte.	Acentuada, com valores inferiores a 45 graus.

Fonte: Adaptado de Sousa (2011)

A serra apresenta solos que vão desde profundos e desenvolvidos a rasos e pedregosos, variando suas características em função das modificações do relevo, do clima e da litologia. Dos tipos de solo identificados na serra, o que aparece em maior extensão é o Neossolo Litólico juntamente com o afloramento de rocha.



**Figura 3:** Perfil esquemático e levantamento florístico da Serra de Santa Catarina – PB  
Fonte: Sousa (2011)

Na literatura, a serra é definida como uma área peculiar, com características que a distingue do seu entorno. Essas características particulares ocorrem, sobretudo, pela existência de um solo, vegetação e clima diferenciado (ver quadro 2 e figura 3).

A área, apesar de estar inserida no Domínio Morfoclimático da Caatinga, cuja cobertura vegetal e o clima predominante e, respectivamente, caatinga (formação vegetal de baixo porte, nanofoleácea e coreácea, com ocorrência de espécies cactáceas) e semiárido (clima quente e seco), apresenta em seus trechos, mais precisamente na vertente superior, características de um clima subúmido, com espécies vegetais típicas das áreas de restingas e mata atlântica, isto é, típicas de climas mais úmidos.

Segundo Brandão et al (2009), já foram coletadas, classificadas e fotografadas as seguintes espécies:

- Malpighiaceae (murici de praia),
- Rubiaceae (jenipapo),

- Bignoniaceae (Ipê-Roxo),
- Leguminosae (Jatobá),
- Espécies das famílias Celastraceae e Myrtaceae (Goiabinha da Serra),
- Tapete de pteridófitas,

São espécies vegetais que não suportariam as características edafoclimáticas dos sertões semiáridos, e por isso a Serra de Santa Catarina pode ser entendida como um enclave subúmido, caracterizado por Ab'Sáber (1970, 1974, apud SOUZA, 2006, p. 86) como áreas:

De superfícies topograficamente elevadas de relevos serranos com dimensões variadas e que são submetidos às influências de mesoclimas de altitude. Representam verdadeiras “ilhas verdes” no domínio morfoclimático das caatingas que recobrem as depressões interplanálticas e intermontanas semi-áridas.

Conhecidas também como “serras úmidas”, “brejos” ou “matas”, os enclaves são áreas, que por algum motivo, possuem características edafoclimáticas diferenciadas do seu entorno, ou seja, é uma exceção daquilo que aparentemente é predominante. Essas características edafoclimáticas diferenciadas contribuíram para que pequenos ecossistemas, oriundos de outras partes, existam em domínios de natureza totalmente diferentes. São, via de regra, áreas que apresenta uma cobertura vegetal primária composta principalmente por formações florestais, e de melhores condições climáticas, pedológicas e hidrológicas, se comparados aos sertões semiáridos que normalmente os circundam (SOUZA, 2006).

A explicação mais aceita para o desenvolvimento e manutenção desta flora diferenciada está na Teoria dos Redutos e Refúgios Florestais (BRANDÃO et al, 2009; SOUSA, 2011; ARAUJO, 2013, ARAÚJO et al, 2016). A Teoria dos Redutos e Refúgios Florestais baseia-se nas variações climáticas que ocorreram durante o Quaternário e perturbações geológicas ocorridas ao longo da história do planeta para explicar a existência de certas espécies vegetais em áreas totalmente desfavoráveis a sua ocorrência.

A ideia síntese que embasa a Teoria dos Refúgios é, segundo Viadana (2002, apud HAUCK e PASSOS, 2009, p. 76):

[...] a que flutuações climáticas da passagem para uma fase mais seca e fria durante o Pleistoceno terminal, a biota de florestas tropicais ficou retraída às exíguas áreas de permanência da umidade, a constituir os refúgios e sofrer, portanto, diferenciação resultante deste isolamento. A expansão destas manchas florestadas tropicais, em consequência da retomada da umidade do tipo climático que se impôs ao final do período seco e mais frio, deixou setores de maior diversidade e endemismos como evidência dos refúgios que atuaram no Pleistoceno terminal.

Por linhas gerais, os períodos geológicos glaciais e interglaciais permitiram que diferentes domínios de natureza, ora se expandissem, ocupando vastas regiões; e ora se retraíssem, sem que desaparecessem totalmente. Por exemplo: nos períodos glaciais, em função da diminuição da temperatura e da umidade, ocasionando uma fase seca e fria, as vegetações xerófitas<sup>10</sup>, tipo caatinga e cerrado, se estenderam por espaços do atual Brasil Tropical Atlântico, ocupando áreas de florestas higrófitas<sup>11</sup> em recuo. Quando as mudanças climáticas proporcionaram um aumento nas temperaturas (período interglacial), e conseqüentemente um aumento na evaporação, condensação e precipitação, as florestas xerófitas recuaram, enquanto as florestas higrófitas expandiam-se, ocupando seus espaços. Neste jogo de expansão e recuo, algumas espécies vegetais adaptaram-se as condições físicas de áreas diferentes daquela de origem, estabelecendo assim refúgios florestais ou enclaves florestais (HAUCK e PASSOS, 2009)

Segundo Sousa (2011), a explicação para a formação diferenciada das espécies vegetais na Serra de Santa Catarina está nas variações climáticas ocorridas durante o Pleistoceno (últimos 2 milhões – 10.000 AP), as quais permitiram, no período de resfriamento, que a Floresta Atlântica adentrasse os domínios da caatinga, e ao retornar a sua distribuição primária - quando as condições climáticas mudaram -, a existência de um microclima favorável teria contribuído para a formação e continuidade de ilhas de floresta úmida.

A manutenção dessa vegetação está na relação intrínseca entre os fatores vegetação/solo/umidade, juntamente com o processo de retro-alimentação (*feedback*). Como consequência do fator altitude, a Vertente Superior apresenta maior umidade e

---

<sup>10</sup> Plantas que se desenvolvem em áreas secas (com baixa umidade). Geralmente apresentam espinhos e folhas pequenas.

<sup>11</sup> Plantas presentes em locais com grande umidade.

temperaturas mais amenas, se comparadas à área que o circunda. Isso ocorre porque toda umidade gerada pela evapotranspiração das áreas subjacentes (zona de alta pressão) é levada por correntes ascendentes para as áreas mais elevadas (zona de baixa pressão). Associado a isso, a existência de colúvio pedogeneisado, em algumas áreas da serra, funcionando como espécie de esponja, contribui para o armazenamento da umidade durante os períodos secos, assegurando assim a manutenção de uma vegetação de grande porte, chegando a atingir de 25 a 30 metros (BRANDÃO et al, 2009).

Há alguns trabalhos e pesquisas realizados com estudos mais aprofundados sobre suas características ecológicas, geológicas, geomorfológicas, climáticas, pedológicas e ambientais da serra, destacando-se os trabalhos de Brandão et al (2009), Sousa (2011), Araújo (2013), Araújo et al (2016). Um ponto em comum está no assunto sobre a degradação ambiental no local. A área apresenta condições favoráveis a atividades agrícolas, extrativistas e a criação de animais, todos praticados sem nenhuma técnica de manejo sustentável. Deste modo, mesmo nas vertentes mais íngremes, já é possível identificar a degradação ambiental pela retirada ilegal da cobertura vegetal a partir de cortes ou queimadas. Tais ações promovem a erosão e infertilidades do solo, ameaça à qualidade das nascentes dos rios e a própria extinção de espécies da flora e da fauna nativa e exótica.

As atividades agropecuárias e extrativistas praticadas de forma predatória, em vários pontos da área, têm despertado em pesquisadores e estudiosos certa preocupação quando o futuro da serra. Uma proposta para a criação de uma Unidade de Conservação já foi apresentada e a serra de Santa Catarina está em processo na Superintendência de Administração do Meio Ambiente (SUDEMA) para ser transformada em uma Área de Proteção Ambiental (APA). Entretanto, este é um processo lento, e até que seja concretizada, a serra continuará vulnerável a ação antrópica.

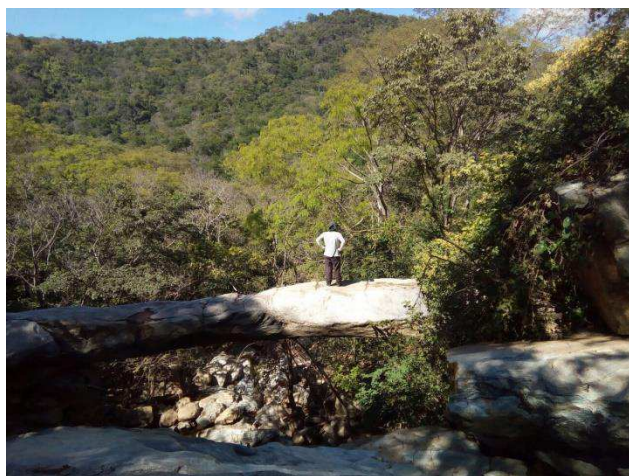
## 4. O TURISMO E A SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

### 4.1 RECURSOS TURÍSTICOS POTENCIAIS DA SERRA DE SANTA CATARINA

A Serra de Santa Catarina é rica de elementos naturais que lhe atribui particularidades em relação a outras áreas e não há dúvidas que exista uma riqueza ecológica, geológica e ambiental incalculável, principalmente para o ponto de vista estético e científico. Considerando essa riqueza florística, faunísticas, paisagísticas e a geodiversidade da área, foram identificados, até o presente momento, alguns pontos com potencial e de interesse ao turismo, os quais foram classificados em dois grupos: os recursos naturais e os possíveis lugares para uso culturais.

#### 4.1.1 Recursos Naturais

##### 4.1.1.1 Ponte de Pedra



**Figura 5:** Ponte de Pedra  
Fonte: Autoria própria, 2017.



**Figura 4:** Ponte de Pedra  
Fonte: Autoria própria, 2017.

A Ponte de Pedra é uma forma de relevo resultante do processo de erosão diferencial, ao longo de milhões de anos. Neste processo a ação dos agentes do intemperismo nas rochas será determinada pelo grau de resistências dos minerais. Assim, alguns minerais podem ser mais suscetíveis à erosão do que outros, resultando em diferentes geofomas esculpidas no relevo, como é o caso da Ponte de Pedra. Além de sua beleza cênica, o local ainda é contemplado pela passagem de um curso d'água nos períodos chuvosos.

#### 4.1.1.2 Diversidade na Cobertura Vegetal



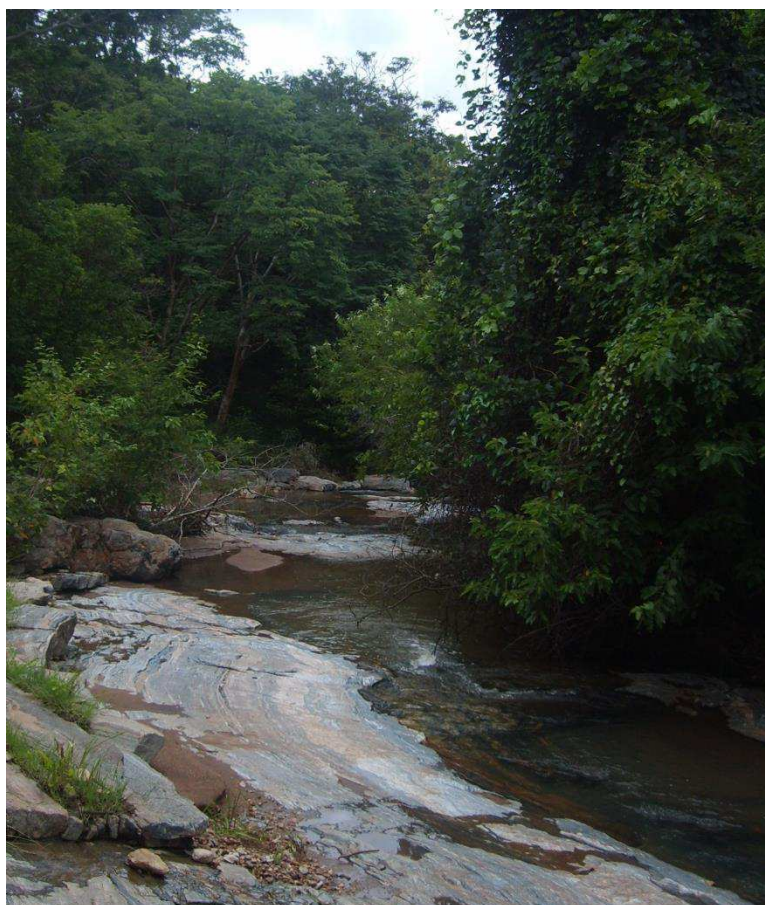
**Figura 7:** Tapete de pteridófitas  
Fonte: Autoria própria, 2017.



**Figura 6:** Caatinga Arbóreo-Arbustiva  
Fonte: Autoria própria, 2017.

A área está inserida no Domínio Morfoclimático da Caatinga, logo a vegetação predominante será caatinga. As espécies vegetais do tipo caatinga identificadas na serra apresentam-se em três estratos: Caatinga Arbustiva, Caatinga Arbóreo-arbustiva e Caatinga Arbustivo-arbórea. Além destas, também foi identificada a ocorrência de espécies vegetais típicas das áreas de restingas e mata atlântica (clima mais úmido), como por exemplo, Malpighiaceae (Murici de praia), Rubiaceae (Jenipapo), Bignoniaceae (Ipê- Roxo), Leguminosae (Jatobá), espécies das famílias Celastraceae e Myrtaceae (Goiabinha da Serra), e a ocorrência de pteridófitas. Este é um importante fator para valorização da área, visto que em um curto espaço, é possível visualizar diferentes formações vegetais.

#### 4.1.1.3 Riachos



**Figura 8:** Riacho  
Fonte: Autoria própria, 2017.

A Serra de Santa Catarina é um divisor de águas com rios que deságuam na Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas. Os riachos da serra são temporários, típicos de clima semiárido, e por isso normalmente apresenta bastante água no seu curso nos períodos chuvosos, e secam nos períodos de estiagem. Nos períodos chuvosos, os riachos constituem importante recurso natural para região, por contribuírem com o abastecimento de açudes e barreiros, utilizados pelos habitantes da zona rural e urbana nos períodos de estiagem.



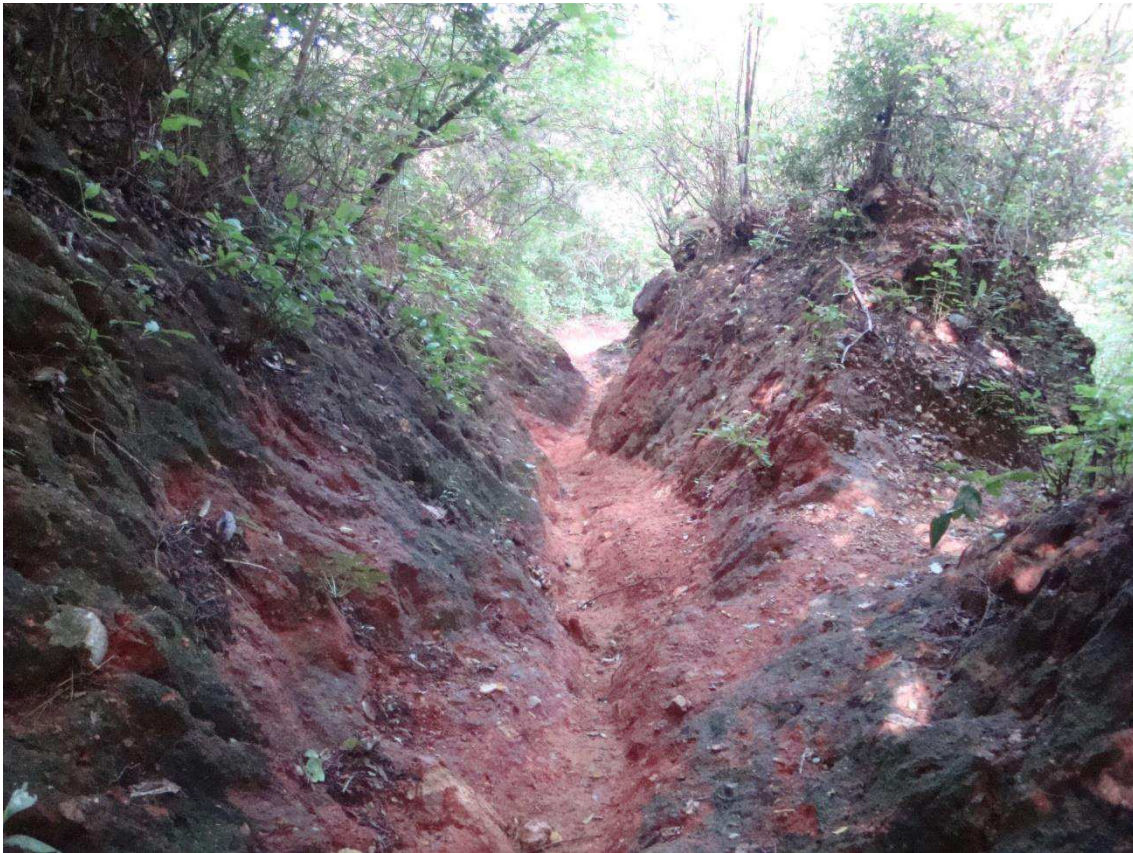
#### 4.1.1.4 Escadaria de Micaxisto



**Figura 9:** Escadaria de Micaxisto  
Fonte: Autoria própria, 2017.

A Escadaria de Micaxisto é um nome utilizado para caracterizar uma área parecida com uma espécie de rampa, formada de micaxisto, uma rocha metamórfica que se caracteriza por um brilho significativo, devido à forte presença de micas de cores cinza á preta (minerais sob a forma de pequenas placas, semelhantes às escamas de peixes, conhecidos popularmente como malacacheta); e pela presença de uma forte foliação (estrutura planar originada durante os processos metamórficos e esforços tectônicos), conhecida como xistosidade e evidenciada pelo resfriamento de seus minerais sobre um plano (NASCIMENTO; SANTOS, 2013). A beleza cênica desta área está relacionada com a reflexão de seu brilho quando os raios solares incidem nesta área, tornando-a resplandecente.

#### 4.1.1.5 Apertado da Hora



**Figura 10:** Apertado da Hora  
Fonte: Autoria própria, 2017.

O Apertado da Hora é o nome utilizado para caracterizar uma área composta basicamente por Colúvio pedogeneisado, formado por material intemperizado de outras partes do relevo – áreas mais elevadas-, transportadas principalmente pelo efeito da gravidade. Esses tipos de solo atuam como uma espécie de esponja, absorvendo a umidade e liberando-a durante os períodos secos, garantindo a manutenção de uma vegetação de grande porte. Este é o elemento que distingue a Serra de Santa Catarina das demais serras na região, e proporciona a existência de uma vegetação diferenciada.

## 4.1.2 Possíveis Lugares Para Uso Cultural

### 4.1.2.1 A Cruz do Nego



**Figura 11:** Cruz do Nego  
Fonte: A autoria própria, 2017.

A Cruz do Nego é um local histórico que existe há mais de 300 anos, cuja lenda era contada pela moradora mais antiga do local, com idade superior a 90 anos - hoje falecida-, que ouvia a história do seu avô, sobre essa cruz. A lenda que os moradores conhecem é que a cruz teria sido de um homem que morava na proximidade da serra que foi morto por ataque de onça. Os motivos pouco se sabem, mas o fato é que o local mexe com o imaginário de todos que desejam conhecer uma história que já perpassa três séculos de existência.

#### 4.1.2.2 A Pedra Branca



**Figura 12:** Pedra Branca  
Fonte: A autoria própria, 2017.

A Pedra Branca é um nome popularmente utilizado para caracterizar um afloramento rochoso situado na unidade geoambiental denominada de piemonte, onde foi construído um cruzeiro. O local é conhecido pelas romarias realizadas pelos moradores locais durante a Semana Santa do calendário Cristão, desde 1998. O acesso à área é realizado a pé por um percurso que muitas das vezes apresentam obstáculos, como mata fechada, cercas e riachos, além da própria inclinação do relevo, no sopé da vertente. Segundo os moradores locais, o acesso a Pedra Branca caminhando não está ligado diretamente a esses desafios do percurso, mas é entendido como símbolo de penitência da fé cristã.

## 4.2 A SUSTENTABILIDADE NA SERRA DE SANTA CATARINA

A Serra de Santa Catarina é uma área ambientalmente vulnerável à ameaça humana. A prova disso é o manejo inadequado do solo para atividades agropecuárias, e a extração predatória da madeira, que são visivelmente percebidos na visita ao local. Entretanto, ainda existem áreas que estão relativamente conservadas, e por isso, novas medidas poderão ser tomadas para evitar, futuramente, a possível degradação total da área.

Identificando, inicialmente, os possíveis pontos de interesse ao turismo e, aplicando os princípios da sustentabilidade, poderá ser desenvolvido o turismo alternativo, caminhando pelas ideias e princípios básicos do ecoturismo. Deste modo, as práticas iniciais que deverão ser desenvolvidas considerando a proposta de turismo e sustentabilidade, apoiado no ecoturismo, precisam estar sustentadas em três quesitos básicos:

### **1) Planejamento turístico focado na conservação ambiental do local;**

Nesta questão é de fundamental importância a participação do órgão público na iniciativa de promover o estudo preliminar da potencialidade turística para elaboração de planos, ações e programas que auxiliem o desenvolvimento do segmento, com o objetivo de reduzindo o máximo possível os impactos negativos, e que sejam capazes de promover a conservação, preservação, recuperação e o manejo adequado da área. Para isso, é necessário o efetivo conhecimento da realidade local, a fim de que o planejamento atinja suas finalidades de acordo com o que o município dispõe e com foco no que se propõe. A princípio poderão ser levadas em consideração as seguintes necessidades:

- ✓ Melhorias das condições de infraestrutura e saneamento básico na comunidade;
- ✓ Recuperação de áreas degradadas;
- ✓ Utilização de tecnologia limpas;
- ✓ Implantação de serviços de coleta seletiva do lixo nas proximidades da área;
- ✓ Capacidade de suporte do ambiente: controle no volume e intensidade dos fluxos; e no porte dos equipamentos turístico nas proximidades do local;

- ✓ Aplicar os princípios da Gestão Ambiental Territorial do destino, para fins de fiscalização, licenciamento, monitoramento e educação ambiental;
- ✓ Elaboração de diretrizes, estratégias, normas, regulamentos, processos de certificação e outros instrumentos e marcos específicos, assegurando o andamento de todas as atividades;
- ✓ Assegurar a efetivação do cumprimento das leis e decretos que regem o meio ambiente local;
- ✓ Atender as necessidades que forem surgindo a partir da dinâmica da atividade;

Essas exigências devem estar vinculadas as necessidades de propiciar condições básicas para tornar os recursos turísticos acessíveis e passíveis de interesse dos turistas. São elementos que demandam custo e tempo para serem desenvolvidas, mas principalmente planejamento turístico, a fim de conduzir todos esses objetivos pelo viés da sustentabilidade. Para isso, é necessário atender os seguintes requisitos:

- ✓ Abertura de vias e estradas que facilite o acesso à área e os recursos disponíveis, aproveitando estradas e caminhos que já existem;
- ✓ Introdução de placas de sinalização que divulgue a existência da serra e oriente o visitante até o local;
- ✓ Providenciar, quando possível, a implantação de sinalização, equipamentos de proteção e facilitadores, como corrimão, escadas, pontes e sinalização para autoguia;
- ✓ Promover a acessibilidade para pessoas com deficiência de diferentes tipologias e com mobilidade reduzida;
- ✓ Elaboração de folders, panfletos e mapas contendo informações, roteiros e atrativos da área, para serem distribuídos, a princípio, nas cidades e regiões circunvizinhas;
- ✓ Painéis interpretativo-explicativos, colocado em locais de interesse geológico, e que incorporem informações sobre essas áreas;
- ✓ Meios de transporte disponível, quando necessário, para conduzir os turistas até a área;

## 2) Princípio da educação ambiental e conscientização do visitante e do residente;

O objetivo proposto neste quesito é a educação ambiental e a interpretação ambiental. O primeiro refere-se ao “processo pelo qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente”<sup>12</sup>. Como reflexo dessa atividade surge à interpretação ambiental, entendida como uma maneira de traduzir e explicar o significado de determinados recursos turísticos, com uma linguagem de fácil entendimento para turista. Esta é uma forma de estimular a atenção e a curiosidade para as questões ambientais e culturais da área visitada. Para isso, é necessário atender as seguintes exigências:

- ✓ Formação e preparação de guia e monitores locais;
- ✓ Curso de capacitação para professores;
- ✓ Oficina de educação ambiental com crianças, jovens e adultos;
- ✓ Trabalho de campo realizado com alunos da rede estadual e municipal de ensino;

A educação ambiental nas escolas é o primeiro passo para divulgação da importância, não só de conservar a Serra de Santa Catarina, mas do meio ambiente como um todo. Para isso, os órgãos responsáveis poderão realizar cursos de capacitação para professores, de todas as áreas e de todos os estabelecimentos de ensino, a fim de aprofundar os assuntos sobre meio ambiente e sustentabilidade. Deste modo, os professores poderão trabalhar com seus alunos projetos que auxiliem no processo de ensino/aprendizagem, utilizando instrumentos, oficinas ou trabalhos de campo, a fim de expor informações que oriente sobre as práticas sociais que agredem o meio físico e que promovam o respeito e o comprometimento com os cuidados com o meio ambiente, além da importância de uso racional dos recursos disponíveis no planeta.

A formação de monitores locais servirá para promover a educação ambiental dos visitantes. Os Monitores ou guias turísticos - estudantes, professores ou moradores locais-, utilizando de uma linguagem acessível, poderão tornar acessível ao público leigo as informações sobre a área, que normalmente não são claras ao olhar, e ao mesmo

---

<sup>12</sup> Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. MMA- **Ministério do Meio Ambiente**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental>> Acesso em: 01 de agosto de 2017

tempo, estimular a interação entre turista e comunidade através de práticas que mobilize a percepção do turista sobre a importância ambiental, geológica, histórica e cultural da área, despertando o desejo para sua conservação.

### **3) Princípio da inclusão da comunidade local no desenvolvimento do ecoturismo.**

Neste ponto, a comunidade deve estar presente em todas as fases de planejamento, que vão desde a decisão inicial de implantação das atividades e serviços turísticos, até o conhecimento de todas as mudanças que poderão ocorrer, inclusive, os possíveis impactos positivos ou negativos. Isto é importante porque todas as atividades que serão desenvolvidas utilizarão da mão de obra local, isto é, a comunidade será protagonista no processo de desenvolvendo da região. Para isso, é necessário atender as seguintes exigências.

- ✓ Capacitação da mão de obra local;
- ✓ Estimulo ao artesanato e a gastronomia local;
- ✓ Hospedagem em casa de moradores ou em casas direcionadas a turistas (*albergues*);
- ✓ Instalação de Centro de visitantes;
- ✓ Incentivo a eventos culturais;

A comunidade local deve ter em mente que o ecoturismo é apenas uma alternativa econômica complementar, e que seu principal objetivo é o compromisso com a conservação ambiental e o benefício comunitário. O ecoturismo não necessita de maiores investimentos em infraestrutura ou empreendedoras de capital estrangeiro, porque os serviços e atividades complementares são preferencialmente gerenciados pela própria comunidade. Por isso, é importante os cursos de capacitação da mão de obra local, a fim de preparar os moradores para gerenciarem seus próprios negócios, utilizando-se da cultura, artesanato e gastronomia local, além da possibilidade de utilizar as casas dos moradores para hospedar o visitante ou construir chalés em áreas legalmente permitidas.



Baseando-se na oferta dos recursos turísticos potenciais na Serra de Santa Catarina é possível identificar algumas modalidades de turismo que poderão ser praticadas no âmbito do ecoturismo, e que de certo modo contribuirão para a ampliação da atratividade e do tempo de permanência do turista, a saber:

➤ Turismo rural

Este é um segmento que atrai turistas que buscam descanso longe do estresse do trabalho, trânsito, poluição, barulho ou do alto custo de vida das grandes cidades. O turista que busca esse tipo de lazer gosta de vivenciar o silêncio, a tranquilidade e a rotina do Homem do campo, além de poder participar de atividades agropecuárias, praticar passeio a cavalo, banho de rios, pesca, piqueniques, caminhas ou trilhas ecológicas, acampamentos realizados em áreas naturais com o devido uso de equipamentos especializado, aquisição de conhecimento sobre a fauna e a flora local, degustação da culinária local e regional, participação de cursos rápidos de culinária e jardinagem, e participação em eventos culturais, além de ter a opção de poder se hospedar em casa de moradores.

➤ Turismo de aventura

O turismo de aventura envolve emoção e risco, e necessita, em alguns casos, do uso de técnicas e equipamentos específicos, que garanta a segurança do turista e, ao mesmo tempo, o respeito pelo o patrimônio ambiental. Nesta modalidade poderão ser desenvolvidas atividades como tirolesa, arborismo, arvorismo, rapel, trilhas ecológicas com vários graus de dificuldade e corrida de orientação.

➤ Turismo religioso

Este é um segmento que envolve mais do que equipamento e atrativos turístico. Ele envolve a fé. Nesta modalidade de turismo, o turista se desloca por motivos religiosos, como peregrinações, romarias, visitas a monumentos religiosos e participação em festas religiosas. No caso da Serra de Santa Catarina, as romarias à Pedra Branca, realizadas fielmente durante a Semana Santa do calendário Cristão, poderão ser inseridas e divulgadas nos eventos da paróquia e propagadas para a diocese ao qual pertence à paróquia, neste caso a Diocese de Cajazeiras - PB.

➤ Turismo educacional ou didático/pedagógico

É a modalidade de turismo que utiliza o meio para auxiliar no processo ensino/aprendizagem, associando os conteúdos teóricos com a realidade concreta dos alunos de forma prática e prazerosa, tornando o ensino algo lúdico e envolvente. Os estudos ou aulas de campo na área favorecem o desenvolvimento intelectual do aluno, para que o mesmo vá além da absorção de conteúdo de forma mecânica, mas que seja um receptor crítico acerca da realidade que o envolve.

Poderão ser abordados os temas sobre uso e ocupação da terra na serra, os impactos ambientais que existe na área, a educação ambiental, a geologia (rochas, minerais) e a geomorfologia (forma de relevo), a vegetação, os tipos de solos e todos os processos que lhe originaram. Vale ressaltar que esses assuntos não estão necessariamente direcionados apenas ao ensino básico, mas que também poderão ser utilizados, como vem sendo atualmente, por curso de ensino superior e pesquisas acadêmicas.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Do ponto de vista ambiental, a Serra de Santa Catarina é considerada um enclave subúmido devido suas características ambientais que a denomina de “ilha verde”, “brejo”, “mata úmida”, circundada pelo os sertões quente e seco do semiárido nordestino. Dentro do contexto das caatingas, a área é entendida como um refúgio florestal, por abrigar em seu domínio espécies vegetais que naturalmente não suportariam as condições climáticas da área.

A área, entretanto, é palco de um conjunto de práticas inadequadas da agricultura, pecuária e o corte predatório e ilegal da madeira, que avança por áreas que legalmente seriam proibidas. Uma proposta para a criação de uma Unidade de Conservação já foi apresentada, e a Serra de Santa Catarina está em processo na SUDEMA para ser transformada em uma Área de Proteção Ambiental (APA). Entretanto, este é um processo lento, e até que seja concretizada, a serra continuará vulnerável à ação antrópica.

A proposta de desenvolver o ecoturismo e o Turismo de base local se faz necessário a fim de amenizar maiores impactos na área e incentivar uma nova atividade econômica complementar para os moradores daquela localidade. Contudo, o objetivo deste trabalho não está em propor um tipo de turismo camuflado, capaz de maquiagem todo o lado negativo da atividade, mas atribuir uma nova forma de uso e ocupação da área de modo a não causar impactos maiores dos quais ela já vem sofrendo.

É importante o entendimento que toda atividade, prática ou ação vai desencadear um conjunto de impactos negativos de diferentes graus. Mas, aplicando os princípios do ecoturismo, é possível desenvolver um conjunto de medidas que poderão amenizar esses impactos negativos, desde que o seu planejamento envolva o compromisso de:

- 1) Conservação ambiental da área;
- 2) Promover a educação ambiental, do visitante e do morador;
- 3) Incluir a comunidade local;

Este segmento exige atitudes e comportamento que remetem a necessidade de mudanças dos padrões ofertados, para que o manejo dos recursos naturais seja ambientalmente responsável. Por isso que as acomodações e serviços turísticos são mesmo sofisticados que em outros segmentos, porque os participantes do ecoturismo visam o contato com a natureza e a cultura local de forma sustentável.

Um ponto importante é envolvimento da comunidade como protagonista no processo de desenvolvimento da região, e não apenas como expectadores das atividades turísticas organizadas externamente. A comunidade conhece perfeitamente suas potencialidades, e ofertando um serviço de qualidade, garante a satisfação do turista e sua possível volta. Contudo, a formação de uma consciência ecológica e de reconhecimento da importância da Serra deve ser direcionada primeiramente aos moradores, para que este por sua vez possa transmitir para os visitantes. Isso se torna necessário porque se os próprios moradores não valorizar a Serra, quem irá? Daí entra a importância da educação ambiental e da divulgação da área.

Outro ponto relevante no trabalho é as diferentes modalidades de turismo que se torna possíveis realizar na área. Como o turismo alimenta-se daquilo que é diferente/exótico, o local apresenta potencialidades para atrair diversos perfis de turista, desde os que buscam o contato com a natureza, do convívio com o homem do campo, os que procuram realizar esportes radicais ou estudos a nível didáticos ou acadêmicos, até os que são movidos pela fé cristã.

A realização desta pesquisa para o município de São José da Lagoa Tapada-PB é de grande valia, visto que expõem a importância ecológica, geológica e paisagística da Serra de Santa Catarina, e contribui com possíveis ações e medidas que poderão direcionar o olhar dos gestores públicos, comunidade local e até as entidades religiosas para seu valor estético, ambiental, científico e econômico, além de incentivar e estimular dois importantes pontos: a educação ambiental e a criação de áreas, programas e entidades (governamentais ou não) de proteção.

## REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo, Ateliê Editorial, 2003.

ARAUJO, Luana Martins de. **Impactos Ambientais Na Serra De Santa Catarina, São José Da Lagoa Tapada-PB**. Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2013.

ARAÚJO, E. D. S.. RIBEIRO, E. P.. SANTOS, E. B.; SOUZA, J. O. P. de. **Potencialidades E Riquezas Naturais Do Semiárido: A Serra De Santa Catarina Como Área De Excessão**. In: I Congresso Nacional Da Diversidade Do Semiárido. Campina Grande, 2016. Disponível em: <[https://editorarealize.com.br/revistas/conidis/trabalhos/TRABALHO\\_EV064\\_MD1\\_SA\\_2\\_ID277\\_21102016212346.pdf](https://editorarealize.com.br/revistas/conidis/trabalhos/TRABALHO_EV064_MD1_SA_2_ID277_21102016212346.pdf)> Acesso em: 05 de agosto de 2017

**ALGO SOBRE**. Disponível em: <<https://www.algosobre.com.br/geografia/o-turismo-como-atividade-economica-e-suas-diversas-formas.html>> Acesso em: 16 de maio de 2016

BRASIL. **Ecoturismo Diretrizes para uma política Nacional**. Embratur/Ibama. Brasília: MICT/MMA, 1994, 48p.. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/sedr\\_proecotur/\\_publicacao/140\\_publicacao20082009043710.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/sedr_proecotur/_publicacao/140_publicacao20082009043710.pdf)> Acesso em: 20 de julho de 2017

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais**. Brasília: Ministério do Turismo, 2006. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Marcos\\_Conceituais.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf)> Acesso em: 08 de julho de 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério Do Turismo. **Anuário Estatístico de Turismo 2017 – Ano Base 2016**. Disponível em: <<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-53-05/item/347-anu%C3%A1rio-estat%C3%ADstico-de-turismo-2017-ano-base-2016/347-anu%C3%A1rio-estat%C3%ADstico-de-turismo-2017-ano-base-2016.html>> Acesso em: 20 de julho de 2017

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. **Segmentação do turismo e o mercado**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 170p.; 24 cm. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Segmentaxo\\_do\\_Mercado\\_Versxo\\_Final\\_IMPRESSxO\\_.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Segmentaxo_do_Mercado_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf)> Acesso em: 20 de junho de 2017

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 90p.; 24 cm. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Ecoturismo\\_Versxo\\_Final\\_IMPRESSxO\\_.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Ecoturismo_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf)> Acesso em: 20 de junho de 2017

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**, 2010.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**, 2010.

\_\_\_\_\_. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**, 2013.

BOLSON, Jaisa H. Gontijo. **A Importância da Paisagem na Atividade Turística**. 2004. Disponível em: < <http://www.revistaturismo.com.br/artigos/paisagem.html>> Acesso em: 15 de maio de 2016

BALDISSERA, Luana Maria. BAHL, Miguel. **Turistas e moradores locais: Uma reflexão teórica dessa relação**. Anais do VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Turismo e Paisagem: relação complexa, 2012.

BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1995. (Coleção Turismo)

BARROS, Marcelo Oliveira. SILVA, Sibeles Castro. GRANERO, Arlete Eni. FILHO, Hélio Braga. **O Desenvolvimento do Turismo: Uma visão sistêmica**. Anais do 4º Congresso Brasileiro de Sistemas. Centro Universitário de Franca Uni-FACEF. 2008.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004 – 10ª ed. atual.

BRASILEIRO, M. D. S. **Desenvolvimento e turismo: para além do paradigma econômico**. In: Turismo, cultura e desenvolvimento [online]. Orgs.: BRASILEIRO, MDS., MEDINA, JCC., and CORIOLANO, LN., Campina Grande: EDUEPB, 2012. pp. 75-98. ISBN 978-85-7879-194-0.

BRANDÃO, Marcelo Henrique de Melo. SÁ, Francisco Severo de. SOUSA, Paulo Victor Paz de. **O Turismo Geocientífico Na Serra Da Santa Catarina-PB**. In: Comunidades, natureza e cultura no turismo [recurso eletrônico]/Giovanni Seabra (Organizador).-- João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, p. 1236 – 1245, 2012

BRANDÃO, M H M, PEREIRA, M S., SOUSA, P V P., **Indicadores Paleoclimáticos no alto sertão da Paraíba**. In XIII SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA, Viçosa. A Geografia Física Aplicada e as Dinâmicas de Apropriação da Natureza. Viçosa: Editora da UFV, 2009.

CPRM - Serviço Geológico do Brasil. Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. **Diagnóstico do município de São José da Lagoa Tapada, estado da Paraíba/** Organizado [por] João de Castro Mascarenhas, Breno Augusto Beltrão, Luiz Carlos de Souza Junior, Franklin de Moraes, Vanildo Almeida Mendes, Jorge Luiz Fortunato de Miranda. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005. 10 p. + anexos

CARVALHO, Dorival B. De. GARCIA, Rita M. De P. **Paisagem e turismo: diálogo emergente**. Web Artigo, 29 de jun. 2009. Disponível em: <

<http://www.webartigos.com/artigos/paisagem-e-turismo-dialogo-emergente/20544/>  
Acesso em: 15 de maio de 2016

CARVALHO, Simone Marcela Souza de. **Turismo De Base Local: Desafios Da Reserva De Desenvolvimento Sustentável Tupé, Manaus-AM.** VI Encontro Nacional da Anppas, 18 a 21 de setembro de 2012. Belém – PA.

CIRINO, Fernanda Oliveira Cirino. **A Produção do Espaço Geográfico pelo Turismo: Um Estudo de Caso no Litoral da Praia do Morro – Guarapari (ES).** Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia. Universidade Federal de Viçosa, setembro de 2006. Disponível em: < <http://www.geo.ufv.br/wp-content/uploads/2013/08/Fernanda-Oliveira-Cirino.1-40.pdf>> Acesso em: 15 de maio de 2016

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução á geografia do turismo.** São Paulo: Roca, 2012.

EMBRAPA. **Solos UEP Recife,** 2006 Disponível em: <[www.uep.cnps.embrapa.br/solos/index.html](http://www.uep.cnps.embrapa.br/solos/index.html)> Acesso em: 14 de agosto de 2017

FERRONATO, Melância Zampronho. **A relação da paisagem com o turismo: uma reflexão teórica.** Disponível em: < <http://www.partes.com.br/turismo/paisagemeturismo.asp>> Acesso em: 14 de maio de 2016

FERREIRA, Sidney Geraldo. **Os impactos do turismo nas pequenas cidades: um estudo em Itapeçerica – MG.** 2005. 82p. Dissertação (Mestrado em Administração)-Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG. 2005, 82 p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Celso Cardoso. **Turismo Comunitário: Um Caminhar Para O Desenvolvimento Local .** In: Comunidades, natureza e cultura no turismo [recurso eletrônico]/Giovanni Seabra (Organizador).-- João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, p. 69 – 87, 2012

GUERRA, Antônio Teixeira. GUERRA, Antonio Jose Teixeira. **Novo Dicionário Geológico-Geomorfológico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 6ª Ed. 662 p.

HANAI, Frederico Yuri . **Desenvolvimento Sustentável E Sustentabilidade Do Turismo: Conceitos, Reflexões E Perspectivas.** In: Revista brasileira de Gestão e desenvolvimento regional - v. 8, n. 1, p. 198-231, jan-abr/2012, Taubaté, SP, Brasil

HAUCK, P. A. PASSOS, E. **A Teoria Dos Refúgios Florestais: Distribuição E Evolução Das Paisagens Ao Fim Do Pleistoceno.** In: Revista Geográfica. Resumos do VII Seminário Interno de Pós-Graduação em Geografia. Curitiba, 2009. p. 76-77. Disponível em: < <http://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/14356/9650>> Acesso em: 10 de agosto de 2016

JÚNIOR, Xisto Serafim de Santana de Souza. ITO, Claudemira Azevedo. **Turismo e espaço: uma leitura geográfica da interferência da atividade turística no processo de (re)organização sócio-espacial do município de João pessoa-PB.** In: Revista Electrónica De Geografía Y Ciencias Sociales. Universidade de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98 Vol. IX, núm. 194 (116), 1 de agosto de 2005.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2008

\_\_\_\_\_. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MUNHOZ, A. N. R. FARIA, I. F. de. **Ecoturismo, Políticas Públicas E Planejamento Participativo E Comunitário No Município De Presidente Figueiredo/AM .** In: Comunidades, natureza e cultura no turismo [recurso eletrônico]/Giovanni Seabra (Organizador).-- João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, p. 127 – 140, 2012

MORENO, Luiz Fernando Peixoto. **Geografia do turismo: o Brasil no contexto do turismo internacional.** 2008. Disponível em: <[http://www2.fct.unesp.br/cursos/geografia/CDROM\\_IXSG/Anais%20-%20PDF/Luiz%20Fernando%20Peixoto%20Moreno.pdf](http://www2.fct.unesp.br/cursos/geografia/CDROM_IXSG/Anais%20-%20PDF/Luiz%20Fernando%20Peixoto%20Moreno.pdf)> Acesso em: 15 de maio de 2016

MOURA-FÉ, Marcelo Martins. **Geoturismo: uma proposta de turismo sustentável e conservacionista para a região Nordeste do Brasil.** In: Sociedade & Natureza, vol. 27, núm. 1, enero-abril, 2015, pp. 53-66

MMA. **Ministério do Meio Ambiente.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental>> Acesso em: 01 de agosto de 2017

NASCIMENTO, Lidyanne Kaline Sousa do. **Geografia, turismo e meio ambiente: uma nova face do litoral dos municípios de Extremoz e Ceará-Mirim/RN.** 2008. 117 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmica e Reestruturação do Território) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/18873>> Acesso em: 02 de julho de 2017

NASCIMENTO, Marcos Antônio Leite do. SANTOS, Onésimo Jerônimo. **Geodiversidade na arte rupestre no Seridó Potiguar.** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Superintendência do Iphan no Rio Grande do Norte. Natal: Iphan-RN, 2013.

OLIVEIRA, Elton Silva. **Impactos socioambientais e econômicos do turismo e suas repercussões no desenvolvimento local: o caso de Itacaré.** Dissertação de Mestrado em Cultura e Turismo. Ilhéus, BA: UESC, 2008. 153 f. : il. ; anexos.

OLIVEIRA, Luana de Sousa. SILVA, Yolanda Fores e. **A Importância e as Relações entre Paisagem e a Atividade Turística: o caso de Santa Rosa de Lima- SC.** In: V



Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL – SemintUR. Turismo: Inovações da Pesquisa na América Latina Universidade de Caxias do Sul – UCS, Caxias do Sul, RS, Brasil 27 e 28 de Junho de 2008

PAULO, Carla Moura de. COSTA, Jodival Mauricio da. **Impactos ambientais do turismo e modificações na paisagem: um estudo de caso em cidades pantaneiras.** VI ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 2012.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **Turismo De Base Local Em Comunidades: Proposições, Ações E Resultados.** In: Comunidades, natureza e cultura no turismo [recurso eletrônico] / Giovanni Seabra (Organizador).-- João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, p. 21 -35, 2012.

POLETTI, André. SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Sistematização Dos Impactos Da Atividade Turística: etapa preliminar.** In: CAD. Est. Pes. Tur. Curitiba, v. 2, p. 155-163, jan./dez. 2013. Disponível em: < file:///C:/Users/Cliente/Downloads/turismo-12130%20(3).pdf> Acesso em: 18 de julho de 2017

RIBEIRO, Simone Cardos. MARÇAL, Mônica dos Santos. CORREA, Antonio Carlos de Barros. **Geomorfologia de áreas semi-áridas: uma contribuição ao estudo dos sertões nordestinos.** Revista de Geografia. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 27, n. 1, jan/mar. 2010

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção** - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1)

\_\_\_\_\_. **Espaço e Método.** 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SEABRA, Giovanni. **Turismo Sertanejo.** Joao Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

SILVA, Nicole Cavalcanti. CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. **Sistema de indicadores de sustentabilidade do desenvolvimento do turismo: um estudo de caso do município de Areia – PB.** In: Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo. São Paulo, 10(3), pp. 475-496, set./dez. 2016

SILVA, Carlos Henrique Costa. **O Turismo e a Produção do Espaço: Perfil Geográfico de uma Prática Socioespacial.** In: Geografia Ensino & Pesquisa, v. 16, n.2 p. 47 - 63, maio/ago. 2012. ISSN 2236-4994. Disponível em: <<http://periodicos.ufsm.br/index.php/geografia/article/viewFile/7334/4373>> Acesso em: 15 de maio de 2016

SOUSA, Paulo Víctor Paz de. **A Serra de Santa Catarina: um enclave subúmido do sertão paraibano e a proposta de criação de uma unidade de conservação.**

Dissertação. Mestrado em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011. 87 p.

SOUSA, José Wanderley Alves de. **Se não me falhe a memória: o discurso da história cotidiana nas lembranças de velhos.** Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Paulista. Araraquara, 2006. 232 p.: il.

SOUZA, Marcos José Nogueira de; OLIVEIRA, Vlândia Pinto Vidal de. **Os Enclaves Úmidos e Sub-Úmidos do Semi-Árido do Nordeste Brasileiro.** Mercator - Revista de Geografia da UFC. n 09. 2006

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Notas sobre Epistemologia da geografia. Cadernos Geográficos / Universidade Federal de Santa Catarina.** Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geociências - Florianópolis: Imprensa Universitária, 2005. Nº 12, 63 p.

VIEIRA, Laíze Leite. OLIVEIRA, Ivanilton José de. **Turismo, Espaço e Paisagem: Uma Abordagem Geográfica da Escolha de Destinos Turísticos na Era Digital.** IX Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. 30 de agosto e 01 setembro de 2012 – Universidade Anhembi Morumbi - São Paulo.

ZAOUAL, Hassan. **Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições?** In: Caderno Virtual de Turismo, Vol. 8, Nº 2, 2008. ISSN: 1677-6976. Disponível em:< <http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/do-turismo-de-massa-ao-turismo-situado.pdf>> Acesso em: 14 de agosto de 2017